

CLAUDIO SOARES CASTILHO JUNIOR
JOSÉ FERREIRA CAMPOS NETO

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM ESCRITÓRIOS CONTÁBEIS: UM ESTUDO
APLICADO COM PROPOSTA DE AUDITORIA EXTERNA.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao departamento de Contabilidade, do setor de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como pré-requisito para obtenção do título de MBA – Auditoria Integral.

Orientadora: Prof. Mayla Cristina Costa.

CURITIBA
2010

DEDICATÓRIA

Aos nossos familiares e amigos que sempre apoiaram e incentivaram nossas investidas acadêmicas, motivando-nos para o aprimoramento intelectual e cultural, dedicamos este trabalho de conclusão de curso de especialização.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos escritórios contábeis que gratuitamente nos forneceram demonstrações contábeis para seleção e estudo de caso e aos professores que nos transmitiram conhecimento no decorrer do curso de especialização.

RESUMO

Este trabalho reside na discussão mais profunda da auditoria no meio empresarial bem como sua inter-relação com a prestação de serviços contábeis às empresas, no momento em que os acionistas de grandes empresas têm requerido transparência e prestação fidedigna de contas, com o intuito de obter confiabilidade e segurança nos negócios. O objetivo é discorrer sobre a evolução histórica da auditoria até seu contexto atual, explicitando os tipos, evidenciando suas formas de apresentação (interna e externa) e por fim, apresentando as suas novas tendências, focando o surgimento bem como a importância da prestação de serviços contábeis às empresas, além de elaborar um breve estudo, avaliando os serviços contábeis dos escritórios através da análise das demonstrações contábeis de uma empresa escolhida aleatoriamente, denominada como empresa K, através de uma auditoria externa, evidenciando se as demonstrações contábeis da mesma atende as normas e princípios de contabilidade geralmente aceitos. A auditoria tem por finalidade examinar cientificamente de uma forma sistemática os livros, contas, comprovantes e outros registros financeiros de uma companhia, com propósito de determinar a integridade do sistema de controle interno contábil das demonstrações financeiras. A empresa poderá observar que a área de auditoria esta cada dia mais centralizada, visando orientar as tomadas de decisão para melhor eficiência e eficácia da empresa nos procedimentos adotados em lançamentos de fatos contábeis do que para penalizar o erro ocorrido pela mesma por falta de conhecimento.

Palavras-chave: auditoria, prestação de serviços contábeis, demonstrações financeiras.

ABSTRACT

This work lies in the deeper discussion of the audit in the business as well as their interrelationship with the provision of accounting services to businesses, at the time that shareholders of large companies have required transparency and providing reliable accounts, with order to obtain reliability and business security. This paper aims at discussing the historical evolution of the audit until its current context, explaining the types, demonstrating their presentations (internal and external) and finally, presenting their new trends, focusing on the emergence and the importance of providing accounting services to companies, and prepare a brief study, assessing the accounting services from offices throughout the balance analysis of a randomly chosen company, named as company K, by an external audit, showing that the financial statements of the same answers standards and generally accepted accounting principles. The audit aims to examine scientifically in a systematic way of books, accounts, vouchers and other financial records of a company, with the purpose of determining the integrity of the system of internal accounting control of the financial statements. The firm might observe that the audit is becoming increasingly centralized in guiding decision making for improved efficiency and effective company in the procedures adopted in launches of accounting facts than to penalize the error occurred by the same lack of knowledge.

Keywords: audit, provision of accounting services, financial statements.

SUMÁRIO

RESUMO	V
ABSTRACT	VI
1 INTRODUÇÃO	8
2 REVISÃO DE LITERATURA	9
2.1 ORIGEM DA AUDITORIA.....	12
2.1.1 No Mundo.....	13
2.1.2 No Brasil.....	14
2.2 TIPOS DE AUDITORIA.....	15
2.2.1 Auditoria de Demonstrações Financeiras.....	16
2.2.2 Auditoria Operacional ou de Gestão.....	17
2.3 ABORDAGENS DA AUDITORIA.....	17
2.3.1 Interna.....	17
2.3.2 Externa.....	18
2.4 NATUREZA DA AUDITORIA.....	19
2.5 PRINCIPAIS ÓRGÃOS REGULAMENTADORES.....	20
2.5.1 CFC (Conselho Federal de Contabilidade).....	20
2.5.2 CVM (Comissão de Valores Mobiliários).....	21
2.5.3 IBRACON (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil).....	22
2.5.4 AUDIBRA (Instituto dos Auditores Internos do Brasil).....	23
3 METODOLOGIA	24
3.1 DELIMITAÇÃO ESPACIAL E TEMPORAL.....	25
4 DISCUSSÃO	26
4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ESCRITÓRIOS.....	26
4.2 ESTRUTURA DO ESCRITÓRIO.....	27
4.3 PRINCIPAIS CLIENTES DO ESCRITÓRIO.....	28
4.4 PRINCIPAIS FORNECEDORES DO ESCRITÓRIO.....	28
4.5 PLANO DE AUDITORIA EXTERNA.....	29
4.6 LEVANTAMENTOS DOS PRINCIPAIS PONTOS A SEREM AUDITADOS.....	30
5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	48
6 REFERÊNCIAS	50
7 GLOSSÁRIO	51
8 ANEXOS	53
ANEXO 1 – BALANÇO PATRIMONIAL.....	54
ANEXO 2 – DRE (Demonstração do Resultado do Exercício).....	55
ANEXO 3 - BALANCETE DE VERIFICAÇÃO.....	56
ANEXO 4 – DLPA (Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados).....	57

1 INTRODUÇÃO

Os escritórios contábeis estão cada vez mais modernos, utilizando sistemas integrados, *chat* com consultoria *online*, sistemas altamente usuais e com parametrizações que possibilitam a criação de inúmeros lançamentos, sistemas com acesso remoto (via *internet*), proporcionando uma maior eficácia e produtividade nos escritórios contábeis. Paralelamente, no mundo contemporâneo, cada vez mais as entidades necessitam de créditos para financiar as suas operações. Dessa forma, necessitam apresentar os seus demonstrativos contábeis, que segundo Almeida (2003, p. 36) correspondem “a posição patrimonial e financeira, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos”, de tal forma que reflitam, com fidedignidade, a sua real posição perante o mercado, já que precisam pleitear recursos junto a credores, em especial, bancos e investidores.

Tais credores aplicam seus recursos baseando-se na situação econômico-financeira das empresas, obtida pela análise dos demonstrativos contábeis. Por isso a importância de se ter esses documentos com dados verdadeiros, para não induzirem o usuário a tomarem decisões de maneira equivocada.

Neste momento observa-se a importância da auditoria, que, segundo Crepaldi (2004, p. 23) “é levantamento, estudo e avaliação sistemática das transações, procedimentos, operações, rotinas e das demonstrações financeiras de uma entidade”.

Para se conhecer a auditoria, como é vista atualmente, deve-se analisar o seu processo histórico, a sua origem e o motivo pelo qual ela se tornou uma atividade necessária ao bom andamento dos diversos negócios a que se aplicava.

O problema deste trabalho reside na discussão mais profunda da auditoria no meio empresarial bem como sua inter-relação com a prestação de serviços contábeis às empresas, no momento em que os acionistas de grandes empresas têm requerido transparência e prestação fidedigna de contas, com o intuito de obter confiabilidade e segurança nos negócios.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Diante da evolução nas transações entre entidades, principalmente, pelo advento da globalização e pelos recentes escândalos de grandes empresas, este trabalho tem por objetivo discorrer sobre a evolução histórica da auditoria até seu contexto atual, explicitando os tipos, evidenciando suas formas de apresentação (interna e externa) e por fim, apresentando as suas novas tendências, focando o surgimento bem como a importância da prestação de serviços contábeis às empresas, além de elaborar um breve estudo, avaliando os serviços contábeis dos escritórios através da análise das demonstrações contábeis de uma empresa escolhida aleatoriamente, denominada como empresa K, através de uma auditoria externa, evidenciando se as demonstrações contábeis da mesma atende as normas e princípios de contabilidade geralmente aceitos.

Os princípios fundamentais de contabilidade, aprovados pela Resolução CF nº 750/93, de 29 de dezembro de 1993, representam o núcleo central da própria contabilidade, na sua condição de ciência social, sendo a ela inerentes, refletindo o estágio em que se encontra a ciência da contabilidade, isto é, a essência dos conhecimentos, doutrinas e teorias que contam com o respaldo da maioria dos estudiosos da contabilidade. É evidente que, em muitos aspectos, não há como se falar em unanimidade, mas até em desacordo sobre muitos temas teórico-doutrinários.

Pode-se definir a contabilidade como uma ciência social que estuda e pratica as funções de controle e de registro relativas aos atos e fatos da Administração e Economia. Mais especificamente, trata-se do estudo e do controle do patrimônio das entidades. Isso é feito por meio dos registros contábeis dos fatos e das respectivas demonstrações dos resultados produzidos. Exemplo típico de demonstração é o balanço patrimonial. Na contabilidade, o objeto é sempre o patrimônio da entidade, definido como um conjunto de bens, direitos e obrigações para com terceiros, pertencente a essa entidade, portanto, não há nenhuma dificuldade na delimitação dos objetivos da Contabilidade no terreno científico, a partir do seu objeto, que é o Patrimônio, por estarem concentrados na correta representação deste e nas causas das suas mutações. Ou seja, o objetivo científico da Contabilidade manifesta-se na

correta apresentação do patrimônio e na apreensão e análise das causas das suas mutações.

Na prática, a aplicação da Contabilidade na empresa tem por finalidade fornecer aos usuários informações sobre aspectos de natureza econômica, financeira e física do patrimônio e suas mutações. Isso compreende registros, demonstrações, análises, diagnósticos e prognósticos expressos sob a forma de relatos, pareceres, tabelas, planilhas e outros meios. Conceitualmente, a Contabilidade é aplicável a pessoas físicas ou jurídicas, independente da finalidade ou da atividade destas. Mas é claro que, na prática, sua aplicação é muito mais voltada para empresas (pessoas jurídicas), sobretudo por exigências da legislação comercial e fiscal.

Segundo Attie (1998, p. 24):

A Contabilidade tem a finalidade precípua de promover os meios informativos e de controle com o intuito de coletar todos os dados ocorridos na empresa e que tenham, ou possam ter, impactos e causar variações em sua posição patrimonial. A Contabilidade é o instrumento de medição e avaliação do patrimônio e dos resultados auferidos pela gestão da Administração da entidade.

Assim, o autor considera a contabilidade um meio passível de medir e avaliar os resultados obtidos pela gestão da entidade.

Segundo Franco e Marra (1991, p.19):

Contabilidade é a ciência ou, segundo alguns, a técnica destinada a estudar e controlar o patrimônio das entidades, do ponto de vista econômico e financeiro, observando seus aspectos quantitativo e qualitativo e as variações por ele sofridas, com o objetivo de fornecer informações sobre o estado patrimonial e suas variações em determinado período.

Franco (1991) é também enfático na demonstração de que a contabilidade visa estudar e controlar o patrimônio das entidades tanto qualitativamente quanto quantitativamente.

Contabilidade é assim, a ciência que estuda e pratica as funções de orientação, de controle e de registro relativas à administração econômica, conceito oficial formulado no Primeiro Congresso Brasileiro de Contabilistas, realizado no Rio

de Janeiro, de 17 a 27 de agosto de 1924.

De forma geral, o objetivo da Contabilidade é a geração de informações que serão utilizadas por determinados usuários em decisões que buscam a realização de interesses e objetivos próprios. Essas informações são apresentadas na forma de balancetes, balanços, demonstrações de resultados, outras demonstrações e relatórios.

Os usuários da Contabilidade podem ser internos (pessoas que fazem parte da empresa); ou externos. Os usuários podem ter interesses diversificados, razão pela qual as informações contábeis devem ser amplas e confiáveis. No mínimo as informações devem ser suficientes para a avaliação da situação patrimonial da empresa e das mutações sofridas pelo seu patrimônio. Como usuários internos das informações produzidas pela Contabilidade, para fins de administração da empresa em geral, temos o titular da firma individual, os sócios, os acionistas da sociedade, os diretores, os gerentes e os administradores de todos os níveis.

Os usuários externos concentram suas atenções, de forma geral, em aspectos mais genéricos expressos nas demonstrações contábeis. Como usuários externos das informações produzidas pela Contabilidade, temos os bancos, os fornecedores, o Governo (fiscalização), auditores externos e investidores de mercado de capital (no caso de sociedades anônimas de capital aberto).

Os profissionais de contabilidade, dentro do âmbito de sua atuação e no que se referir à parte técnica, serão responsabilizados, com os contribuintes, por qualquer falsidade dos documentos que assinarem e pelas irregularidades de escrituração praticadas para fraudar o imposto. Verificada a falsidade do Balanço ou de qualquer outro documento de contabilidade, assim como da escrita dos contribuintes, independentemente de ação criminal que no caso couber, o profissional que houver assinado tais documentos será declarado, pelos Delegados e Inspetores da receita federal, sem idoneidade para assinar quaisquer peças ou documentos contábeis sujeitos à apreciação dos órgãos da Secretaria da Receita Federal.

Vinculado ao raciocínio apenas acima esboçado, convém notar que o regime de contabilidade como uma ferramenta essencial na tomada de decisões depende da qualidade das informações extraídas das demonstrações contábeis,

sendo notado no decorrer deste trabalho a necessidade de integração entre a contabilidade e auditoria, para uma escrituração contábil e fiscal de excelente qualidade.

2.1 ORIGEM DA AUDITORIA

A origem da auditoria foi, em muito, discutida de forma rigorosa pelos especialistas, mas, no entanto, ainda torna-se importante relacioná-la com o início das atividades econômicas desenvolvidas pelo homem, conforme retratam Boynton *et.al* (2002, p.34) :

Auditoria começa em época tão remota quanto à contabilidade. Sempre que o avanço da civilização tinha implicado que a propriedade de um homem fosse confiada, em maior ou menor extensão, a outra, a desejabilidade da necessidade de verificação da fidelidade do último, tornou-se clara.

A auditoria surgiu como parte da evolução do sistema capitalista, pois com a expansão do mercado e o acirramento da concorrência, houve a necessidade da empresa ampliar suas instalações fabris e administrativas, investir no desenvolvimento tecnológico e aprimorar os controles e procedimentos internos em geral, principalmente visando a redução de custos e, portanto, tornando mais competitivos os seus produtos no mercado.

Segundo Attie (1998, p.25) “a auditoria é uma especialização contábil voltada a testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial implantado com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado”.

Segundo Franco e Marra (1991), a auditoria compreende o exame de documentos, livros e registros, inspeções e obtenção de informações e confirmações, internas e externas, relacionados com o controle do patrimônio, objetivando mensurar a exatidão desses registros e das demonstrações contábeis deles decorrentes, de modo a analisar da melhor maneira possível a escrituração fisco-contábil. Os exames são efetuados de acordo com as normas de auditoria usualmente aceitas e incluem os procedimentos que os auditores julgarem

necessários, em cada circunstância, para obter elementos de convicção. O autor afirma que o objetivo da auditoria é a comprovação se os registros contábeis foram executados de acordo com os princípios fundamentais e normas de contabilidade e se as demonstrações contábeis deles decorrentes refletem adequadamente a situação econômico-financeira do patrimônio, os resultados do período administrativo examinado e outras situações nelas demonstradas.

Vale ressaltar que atualmente a Lei nº 11.638/2007, Medida Provisória nº 449/2008 e os CPC pronunciados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ocasionaram uma mudança e necessidade de adequação tanto na contabilidade quanto na auditoria, de modo a buscar a internacionalização, globalização da contabilidade e de certa forma da auditoria. Antes de verificarmos as alterações recentes na área, explorar-se-á a contextualização da origem da auditoria.

2.1.1 No Mundo

A origem da auditoria foi, em muito, discutida de forma rigorosa pelos especialistas, mas, no entanto, ainda torna-se importante relacioná-la com o início das atividades econômicas desenvolvidas pelo homem, conforme retrata Boynton *et.al* (2002).

Assim, constata-se que, desde os primórdios, no antigo Egito havia a necessidade de se ratificar as atividades praticadas, tais como a verificação dos registros de arrecadação de impostos; e inspeções nas contas de funcionários públicos, estas na Grécia (BOYNTON *et.al*, 2002).

Segundo a Enciclopédia Britânica, a auditoria é o exame das contas feito pelos funcionários financeiros de um estado, companhias e departamentos públicos, ou pessoas físicas, e a certificação de sua exatidão. Nas Ilhas Britânicas as contas públicas eram examinadas desde há muito tempo, embora, até o reinado da rainha Elizabeth, de maneira não muito sistemática. Anteriormente a 1559 esse serviço era executado, às vezes, por auditores especialmente designados, e outras por auditores da receita pública, ou pelo auditor do tesouro, cargo criado por volta de 1314. Mas em 1559 um esforço foi feito para sistematizar a auditoria das contas

públicas, pela indicação de dois auditores para examinar os pagamentos a servidores públicos, conforme retrata Marcelo Cavalcanti Almeida.

Então se percebe o porquê que o cargo de auditor foi criado na Inglaterra, em 1314, visto a potência econômica desse país desde a época das colonizações, que se tornaria, séculos depois, o berço do capitalismo com a Revolução Industrial.

A grandeza econômica e comercial da Inglaterra e da Holanda, em fins do século passado, bem como dos Estados Unidos, onde hoje a profissão é mais desenvolvida, determinou a evolução da auditoria, como consequência do crescimento das empresas, do aumento de sua complexidade e do envolvimento do interesse da economia popular nos grandes empreendimentos (CREPALDI, 2004, p.105).

Um fato importante para o aprimoramento da contabilidade e, conseqüentemente, da auditoria, ocorreu em 1929, com a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, visto que muitas empresas não tinham transparência e consistência nos seus dados financeiros, os quais, quando manipulados, contribuem para uma grande crise no mercado financeiro internacional.

2.1.2 No Brasil

Origens predominantemente latinas, tendo por base e razão o que está escrito na lei, o Brasil, desde o início de sua colonização pelos portugueses, por extensão, adotou o sistema jurídico denominado *civil law* (romano-cristão). Tal sistema concebe o direito como regras gerais e abstratas de conduta previamente editadas, sistematizadas e racionalizadas em códigos, em que a jurisprudência não deve atuar como fonte criadora de regras de direito, limitando-se a interpretar as leis. Tal orientação transcende o campo jurídico, passando a influenciar diretamente a conduta político-social, servindo, ainda, como agente de restrição ou aceleração do desenvolvimento econômico, científico, cultural e tecnológico.

A Contabilidade e a Auditoria, disciplinas ligadas ao campo social, sofreram as mesmas influências. Mesmo o lapso de quase duzentos anos separando a formalização do uso das partidas dobradas na Real Fazenda Portuguesa, através do

Alvará de 28 de junho de 1808 e a introdução da obrigatoriedade do uso dos serviços de Auditoria Independente, em 14 de junho de 1965, em ambos os casos a regulamentação se fez através de diplomas legais. “Em estruturas legais mais voltadas ao modelo de civil law, a contabilidade em geral é regulada direta e legalmente pelo governo central” (LOPES, 2002, p. 63).

Segundo Lopes, a atividade de Auditoria se faz presente no Brasil há, pelo menos, um século, embora em função das características legalistas do país, sua prática somente tenha sido regulamentada a partir de 1965. Pois em 1965 o Poder Público tem reconhecido a necessidade de intervenção do auditor independente em atividades públicas e particulares. A Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, é o texto legal pioneiro a mencionar a auditoria e auditor independente. Essa Lei instituiu, em bases consistentes, o chamado Mercado de Capitais.

No ano de 1976 criou-se outro texto legal, a Lei 6.404 – Lei das Sociedades por Ações, que estabeleceu a obrigatoriedade da Auditoria Independente para as Sociedades e as demonstrações contábeis de grupos que incluem Sociedades. Posteriormente, em 1997, a Resolução nº 829, do Conselho Federal de Contabilidade, aprovou NBC T 11 – Padrões para a Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis. A partir de então a auditoria passou a ter um papel fundamental, de modo a se pronunciar sobre a adequação das demonstrações contábeis publicadas.

2.2 TIPOS DE AUDITORIA

A auditoria objetiva verificar de uma forma sistemática os livros, contas, comprovantes e outros documentos de uma companhia, com propósito de determinar a integridade do sistema de controle interno contábil das demonstrações financeiras. A auditoria preocupa-se também com a manutenção desses sistemas financeiros para melhor adequar a normas da Lei em vigor, minimizando sugestões para eventuais desvios de incompatibilidade com a legislação. Além disso, é notória a preocupação da auditoria com o processo produtivo da informação contábil.

Crepaldi (2004) e Attie (1998) descrevem vários tipos de auditorias, como,

por exemplo, auditoria contábil, auditoria das demonstrações financeiras, auditoria operacional ou de gestão, auditoria de sistemas, auditoria fiscal e tributária, entre outras.

Todos os tipos de auditoria que são direcionadas ao ramo contábil, visam validar, esclarecer procedimentos e lançamentos realizados na escrituração fisco-contábil.

2.2.1 Auditoria de Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras são informações, preparadas por escrito, destinadas a apresentar a situação e a evolução do patrimônio da empresa aos administradores e a terceiros, alheios a ela.

Para que cumpram suas funções, é necessário que tais demonstrações observem dois requisitos:

- Informar aos usuários que critérios foram adotados em sua elaboração;
- Apresentar parecer de terceiros, alheios à empresa, sobre a fidedignidade com que tais demonstrações refletem a situação do patrimônio e sua evolução durante o período a que se referem.

O primeiro requisito adotou-se um conjunto de convenções conhecidas como princípios e normas de contabilidade geralmente aceitas, para a elaboração das demonstrações financeiras, que se referem basicamente à avaliação do patrimônio e à maneira de apresentar as informações nelas contidas. O segundo requisito é preenchido recorrendo-se a um profissional independente, ou seja, alheio à empresa – o auditor independente. Com base nesses conceitos, poder-se-ia definir a auditoria das demonstrações financeiras como o exame das mesmas, por um profissional independente, com a finalidade de emitir parecer ao técnico sobre sua finalidade.

2.2.2 Auditoria Operacional ou de Gestão

A auditoria operacional consiste de revisões metódicas de programas, organizações, atividades ou segmentos operacionais dos setores públicos e privado, com a finalidade de avaliar e comunicar se os recursos da organização estão sendo usados eficientemente e se alcançados os objetivos operacionais. A auditoria operacional é um processo de avaliação do desempenho real, em confronto com o esperado, o que leva inevitavelmente, à apresentação de recomendações destinadas a melhorar e a aumentar o êxito da organização.

2.3 ABORDAGENS DA AUDITORIA

2.3.1 Interna

A administração da empresa, com a expansão dos negócios, sentiu a necessidade de dar maior ênfase às normas ou procedimentos internos, devido ao fato de que o administrador, ou em alguns casos o proprietário da empresa, não poderia supervisionar pessoalmente todas as suas atividades. Entretanto, de nada valia a implantação desses procedimentos internos sem que houvesse um acompanhamento, no sentido de verificar se estes estavam sendo seguidos pelos empregados da empresa. Ao examinar um conjunto de demonstrações contábeis, o primeiro problema que o auditor enfrenta é o de determinar exatamente o que o conjunto de demonstrações contábeis pode representar. O auditor deve ser contador bastante competente, a fim de poder ler as demonstrações contábeis com suficiente compreensão e habilidade, para analisá-las nas diversas afirmações que contêm. Tendo decidido o que representam as afirmações nas demonstrações, precisa então decidir, também, quanto aos procedimentos aplicáveis para verificar a fidelidade dessas afirmações.

Segundo Franco e Marra (1991, p.175):

A auditoria interna é aquela exercida por funcionário da própria empresa, em caráter permanente. Apesar de seu vínculo à empresa, o auditor interno deve exercer sua função com absoluta independência profissional, preenchendo todas as condições necessárias ao auditor externo, mas também exigindo da empresa o cumprimento daquelas que lhe cabem. Ele deve exercer sua função com total obediência profissional, pois sua subordinação à administração da empresa deve ser apenas sob aspecto funcional.

Portanto, surgiu o auditor interno, como uma ramificação da profissão de auditor externo e, conseqüentemente, do contador. O auditor interno é um empregado da empresa, e dentro de uma organização ele não deve estar subordinado àqueles cujo trabalho examina.

Os objetivos da auditoria interna se resumem em verificar se as normas internas estão sendo seguidas e avaliar a necessidade de novas normas internas ou de modificação das já existentes.

A seleção das técnicas a serem aplicadas e dos procedimentos a serem seguidos, para verificar a exatidão das afirmações contidas nas demonstrações contábeis, é definida como o desenvolvimento de um programa de auditoria.

2.3.2 Externa

A auditoria surgiu como conseqüência da necessidade de confirmação dos registros contábeis, em virtude do aparecimento das grandes empresas e da taxaço do imposto de renda, baseado nos resultados apurados em balanço. Sua evolução ocorreu paralelamente ao desenvolvimento econômico, que gerou as grandes empresas, formadas por capitais de muitas pessoas, que tem na confirmação dos registros contábeis a proteção a seu patrimônio.

A auditoria surgiu na Inglaterra, que, como dominadora dos mares e controladora do comércio mundial, foi a primeira a possuir as grandes companhias de comercio e a primeira também a instituir a taxaço do imposto de renda, baseado nos lucros da empresa.

Como se aplicava auditoria das contas públicas, seu aparecimento como pratica sistemática, entretanto, parece-nos que somente ocorreu no século XIX,

como se depreende do fato de que a partir da segunda metade desse século é que começaram a surgir as primeiras associações de Contadores Públicos, profissionais que exercem as funções de auditor.

Segundo Franco e Marra (1991, p.174) "a auditoria externa é aquela realizada por profissional liberal, auditor independente, sem vínculo de emprego com a entidade auditada, e que poderá ser contratada para auditoria permanente ou eventual".

O auditor externo não tem vínculo empregatício com a empresa auditada, tendo assim um maior grau de independência, executada apenas auditoria contábil.

O principal objetivo é emitir um parecer ou opinião sobre as demonstrações contábeis, no sentido de verificar se estas refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações e as origens e aplicações de recursos da empresa examinada. Também, se essas demonstrações foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis e esses princípios foram aplicados com uniformidade em relação ao exercício social anterior.

2.4 NATUREZA DA AUDITORIA

A auditoria procura determinar se as demonstrações e respectivos registros contábeis de uma empresa ou entidade merecem ou não confiança, isto é, auditoria é um espaço para verificar se as demonstrações contábeis realmente refletem, ou não, a situação patrimonial, assim como os resultados das operações da empresa ou entidade que está sendo examinada. Ainda deve-se reconhecer que o que se entende por demonstrações contábeis é uma série de afirmações ou demonstrações, apresentadas como verdadeiras pela administração da empresa que as emite. O auditor revisa tais afirmações de forma crítica e, quando completa essa revisão, emite um relatório em separado, no qual dá seu próprio parecer quanto à fidelidade das demonstrações feitas pela administração. Como auditor, ele não é responsável pelas demonstrações contábeis. Pode dar à administração sugestões relacionadas com as demonstrações contábeis, no que tange a sua forma, conteúdo etc. Contudo, cabe à administração aceitar ou não as sugestões. Em última análise,

o auditor é responsável apenas por seu próprio parecer sobre as demonstrações contábeis, elaboradas pela administração, refletirem, ou não, adequadamente, os fenômenos patrimoniais que elas objetivam refletir.

Segundo Hilário Franco (1991), a auditoria pode ser: Permanente, exercida em caráter permanente, sendo subdividida em Permanente Continuada, exercida em caráter de fiscalização constante e Permanente Periódica, exercida em caráter periódico, a cada trimestre, semestre, ano ou outro período. Outra classificação além da permanente é a Auditoria eventual ou especial, que se realiza com fim específico, sem caráter permanente, podendo ser geral ou parcial, integral ou por testes.

2.5 PRINCIPAIS ÓRGÃOS REGULAMENTADORES

A prática contábil é regida por leis, princípios, normas e pronunciamentos, de modo a otimizar a veracidade das informações contidas nas demonstrações contábeis. Para isso, a contabilidade conta com órgãos fiscalizadores, que rege os profissionais contábeis e a escrituração fisco-contábil.

2.5.1 CFC (Conselho Federal de Contabilidade)

Os Conselhos de Contabilidade foram criados através do Decreto-Lei nº 9.295/46, de 27 de maio de 1946 e tem como função precípua a fiscalização do exercício profissional, além de estabelecer normas e princípios a serem seguidos por todos os profissionais da contabilidade. Os mesmos constituem-se pessoas jurídicas de direito privado que, por delegação, prestam serviços públicos.

"Art. 1º Ficam criados o Conselho Federal de Contabilidade e os Conselhos Regionais de Contabilidade, de acordo com o que preceitua o presente Decreto- Lei.

Art. 2º A fiscalização do exercício da profissão de contabilista, assim entendendo-se os profissionais habilitados como contadores e guarda-livros, de acordo com as disposições constantes do Decreto nº 20.158, de 30 de junho de

1931, Decreto nº 21.033, de 8 de fevereiro de 1932, Decreto-Lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943 e Decreto-Lei nº 7.988, de 22 de setembro de 1945, será exercida pelo Conselho Federal de Contabilidade e pelos Conselhos Regionais de Contabilidade a que se refere o artigo anterior."

Ainda, conforme o Decreto-lei em seu Art 12. fica estabelecido que só podem exercer a profissão os contabilistas devidamente registrados e que a não habilitação é passível de abertura de processo administrativo através dos Conselhos Regionais de Contabilidade.

Informamos que toda a legislação supracitada e as demais normas que compõe a legislação da profissão contábil encontram-se disponíveis no site do Conselho Federal de Contabilidade: <http://www.cfc.org.br>.

2.5.2 CVM (Comissão de Valores Mobiliários)

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda do Brasil, instituída pela Lei 6.385, de 7 de dezembro de 1976, alterada pela Lei nº 6.422, de 8 de junho de 1977, Lei nº 9.457, de 5 de maio de 1997, Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001, Decreto nº 3.995, de 31 de outubro de 2001, Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, na gestão do presidente Ernesto Geisel, e juntamente com a Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76) disciplinaram o funcionamento do mercado de valores mobiliários e a atuação de seus protagonistas.

A CVM tem poderes para disciplinar, normalizar e fiscalizar a atuação dos diversos integrantes do mercado. Seu poder de normalizar abrange todas as matérias referentes ao mercado de valores mobiliários. A Lei também atribui à CVM competência para apurar, julgar e punir irregularidades eventualmente cometidas no mercado. Diante de qualquer suspeita a CVM pode iniciar um inquérito administrativo, através do qual, recolhe informações, toma depoimentos e reúne provas com vistas a identificar claramente o responsável por práticas ilegais, oferecendo-lhe, a partir da acusação, amplo direito de defesa.

2.5.3 IBRACON (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil)

Na década de 50 com o crescimento econômico que aconteceu no Brasil, a profissão contábil evoluiu e a necessidade do mercado por transparência nas demonstrações contábeis começou a ser maior, estimulando alguns pioneiros da contabilidade a se organizarem para colaborar com a regulamentação da atividade de auditor no país, além da normatização das práticas contábeis nacionais. Neste ambiente surgiram os primeiros institutos congregando a categoria dos auditores. Um deles foi o Instituto dos Contadores Públicos de São Paulo (ICPSP) criado em 26 de março de 1957, que se transformaria depois no Instituto dos Contadores Públicos do Brasil (ICPB). Em 2 de janeiro de 1968 surgiu o Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes, o IBAI. Ambos representavam a categoria e não podem ser dissociados da história do IBRACON. O Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - foi fundado em 13 de dezembro de 1971 – e na época era representado pela sigla IAIB. O IAIB deu continuidade às tradições dessas duas entidades. A transformação para a sigla IBRACON aconteceu em 1º de julho de 1982 quando o Instituto decidiu após assembléia abrir o quadro associativo para contadores das várias áreas de atuação. Então passou a ser denominado Instituto Brasileiro de Contadores.

Anos mais tarde, em 8 de junho de 2001, a Diretoria Nacional aprovou a idéia de voltar a acentuar a característica de cuidar da classe dos auditores, porém como o nome IBRACON já estava consolidado, tanto no meio profissional como nos setores público e empresarial, optou-se por mantê-lo mudando a denominação para Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, como está atualmente, com abrangência de auditores, contadores e estudantes. Hoje, o IBRACON é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e na forma federativa, cuja finalidade é congrega, associativamente, os Auditores Independentes e os Contadores de todas as áreas de atividades contábeis.

2.5.4 AUDIBRA (Instituto dos Auditores Internos do Brasil)

O INSTITUTO DOS AUDITORES INTERNOS DO BRASIL - IIA Brasil, fundado em 20 de novembro 1960, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de pessoas físicas atuando em atividades de Auditoria Interna em qualquer modalidade. A Auditoria Interna pela sua abrangência de atuação é uma Atividade Multidisciplinar que compreende várias formações profissionais. Desde 1998 é filiado ao *The Institute of Internal Auditors* - IIA, Instituto Internacional a partir de 2002, e desde o ano de 2000, vem estreitando e ampliando esse relacionamento extremamente necessário à comunidade de Auditoria Interna e Controle no Brasil. Como resultado, desde 2000 são aplicados no Brasil os exames para as Certificações CIA - *Certified Internal Auditor* e CCSA - *Certification in Control Self-Assessment*. O IIA Brasil promove desde 1976 o Congresso Brasileiro de Auditoria Interna – CONBRAI.

Missão: Estabelecer mediante intercâmbio de idéias, um maior desenvolvimento técnico dos associados; promover reuniões para o estudo de matérias pertinentes a Auditoria e a realização de eventos técnico-culturais sobre assuntos de Auditoria Interna; desenvolver o espírito associativo dos Auditores Internos, e difundir e promover o reconhecimento e a importância da função do Auditor Interno no âmbito dos setores privado e público; promover intercâmbio com instituições técnico-culturais de gênero análogo, nacionais e estrangeiras; publicar bibliografia técnica no campo da Auditoria Interna e de controle.

3 METODOLOGIA

A metodologia ou método científico é descrito por Gil (1999, p. 26) como um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento, desta forma, torna-se importante esclarecer a maneira pela qual esse trabalho será realizado, bem como a ordem a ser seguida para que se possa entendê-lo.

O presente trabalho se enquadra, então, no formato da pesquisa bibliográfica, pois de acordo com Oliveira (2002, p.119) “a pesquisa bibliográfica tem por finalidade conhecer as diferentes formas de contribuição científica que se realizaram sobre determinado assunto ou fenômeno”.

Sendo assim, este traz uma análise acerca do processo de auditoria, bem como sua evolução, com intuito de discutir seus parâmetros e a partir deles mostrar suas tendências e sua relação com a prestação de serviços contábeis às empresas. Para isso buscou-se conhecer a origem do termo auditoria e, como consequência, entender sua relação com o processo contábil.

No que diz respeito à observância da metodologia, comenta-se sobre a interpretação e análise dos resultados contados na pesquisa bibliográfica, pois a interpretação expõe o verdadeiro significado da discussão teórica em relação aos objetivos propostos e ao tema, enquanto a análise desses resultados é a tentativa de evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Assim, partindo da obtenção dos resultados, discute-se os serviços contábeis prestados às empresas e sua real importância para o reforço da auditoria, através de um estudo de caso. A metodologia por nós adotada terá como base as informações cedidas pelo responsável legal da empresa e pelo contador. Para obtenção destas informações faremos visitas à empresa e ao escritório contábil, pois este é terceirizado, de posse das informações processaremos os lançamentos no sistema Cordilheira e para os demais procedimentos adotaremos reuniões periódicas, onde serão feitas pesquisas, debates e estudos destas informações, bem como a consolidação das etapas do trabalho.

A metodologia por nós adotada terá como base as informações obtidas com os órgãos fiscalizadores da profissão contábil, Conselho Regional de Contabilidade do Paraná e Conselho Federal de Contabilidade, procedimentos já pré-estabelecidos por autores renomados da área, visualizando a prática contábil adotada no Brasil, identificando a legislação, normas e princípios que a regem.

3.1 DELIMITAÇÃO ESPACIAL E TEMPORAL

No mundo capitalista, cada vez mais as entidades necessitam de créditos para financiar as suas operações. Dessa forma, têm necessidades de apresentar os seus demonstrativos contábeis de tal forma que reflitam, com fidedignidade, a sua real posição perante o mercado, já que precisam pleitear recursos junto a credores, em especial, bancos e investidores.

Diante desta premissa, utilizaremos como base para o estudo de caso, as demonstrações contábeis de uma empresa real, denominada ficticiamente como “Empresa K”, de modo a garantir a idoneidade de sua identidade. As demonstrações utilizadas são relativas ao exercício findo 2009, a empresa atua no ramo de HIPERMERCADOS (CNAE 4711-3), localizada na região metropolitana de Curitiba.

O escritório que presta serviços contábeis à Empresa K localiza-se na região central de Curitiba e por questões éticas, não terá sua razão social ou nome fantasia citada no presente trabalho, sendo referenciado apenas como “Escritório Contábil”.

4 DISCUSSÃO

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ESCRITÓRIOS

Contabilidade é um trabalho minucioso que atua nas áreas fiscal, tributária e trabalhista; exigindo muita análise e tempo. Por isso, a maioria das empresas contrata firmas ou escritórios de especializados para prestar-lhes esses serviços, além de ser menos oneroso que manter contador habilitado no seu quadro de pessoal. Pelos motivos acima expostos é mais conveniente a empresa firmar um contrato de prestação de serviços com um escritório de contabilidade, que também é o responsável pelo balanço, pagamento de tributos, resoluções de problemas de Quadro de funcionários, etc. O serviço, bem por natureza intangível, tem como objetivo a satisfação de um desejo ou suprimento de uma necessidade. É por isso que, como elementos difíceis de medir, provar ou sentir, os serviços devem ser "vendidos" ao consumidor como algo confiável.

As funções de um escritório de contabilidade não se limitam a apurar os impostos e manter a contabilidade em dia, o escritório deve contribuir com todas as áreas da empresa com o objetivo de oferecer ao empresário as ferramentas necessárias para a preservação do seu patrimônio e a gestão dos negócios. Ele deve ter informações que lhe ofereça condições para avaliar o desempenho e os resultados da empresa, não só da apuração dos resultados mensais, mas de que maneira ele foi alcançado. Na maioria dos casos o escritório está preparado para auxiliá-lo na definição de seu negócio como também nas decisões diárias.

Um escritório de contabilidade funciona normalmente das 08:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira. Um escritório de contabilidade deve ter organização e administração adequadas. A principal ferramenta de trabalho do profissional contábil é o Código de Ética do Contabilista. O responsável pelo serviço pode ser um contador ou um técnico contábil, mas ao técnico não é permitida a realização de serviços de auditoria.

4.2 ESTRUTURA DO ESCRITÓRIO

A estrutura básica deve contar com uma área mínima de 40m², que será distribuída entre os departamentos de que tratam a contabilidade: tributos e impostos, pessoal, balanço, imposto de renda, recepção, serviços externos, xerox, almoxarifado, etc.

A escolha do local e do espaço físico necessário para instalar seu negócio é uma decisão muito importante para o sucesso do empreendimento. O local deve oferecer infraestrutura adequada e condições que propiciem o seu desenvolvimento. É fundamental avaliar a facilidade do acesso, embora essa atividade não necessite estar próximo dos seus clientes, é importantes estar situado em meio às empresas do ramo e em reduto comercial. As atividades econômicas da maioria das cidades são regulamentadas pelo Plano Diretor Urbano (PDU). É essa Lei que determina o tipo de atividade que pode funcionar em determinado endereço. A consulta de local junto à Prefeitura é o primeiro passo para avaliar a implantação de seu escritório de contabilidade.

O arranjo dos equipamentos e mobiliário deve ser feito de forma que estabeleça harmonia no ambiente para perfeita integração das atividades desenvolvidas. Os equipamentos básicos são: Mesas, cadeiras, armários para arquivo, estantes para livros, computadores, impressoras, calculadora simples e financeira; telefones e fax, ar condicionado, materiais de expediente, assinatura de material informativo para consulta, como por exemplo: COAD ou IOB.

O número de funcionários varia em função do volume de contratos firmados. Geralmente inicia-se com 4 pessoas: uma secretária, um office-boy, um auxiliar contábil e um contador devidamente habilitado e inscrito no Conselho Regional de Contabilidade. Esse profissional normalmente é o próprio dono do escritório, mas nada impede que um investidor que não tenha tal formação, se aventure no exercício e contrate a mão-de-obra qualificada. Especialistas em recursos humanos afirmam: o grande valor de uma empresa é ter as pessoas certas nos lugares certos - ou seja, que exercem funções adequadas ao seu perfil. Essa estrutura faz o negócio funcionar como uma engrenagem perfeita, na qual todos saem ganhando. Buscar bons funcionários é, portanto, uma missão obrigatória. Mas, requer cuidados.

Afinal, além de serem peças estratégicas na construção da imagem do seu empreendimento, os empregados são responsáveis diretos pelo sucesso ou fracasso do negócio.

4.3 PRINCIPAIS CLIENTES DO ESCRITÓRIO

O mercado é bastante concorrido. Se o cliente não estiver satisfeito com os serviços de um profissional, facilmente encontrará outro. Como diferencial frente à concorrência o contador deve apresentar a situação real do empreendimento, assessorando seu cliente a estabelecer estratégias adequadas a fim de atingir suas metas e objetivos. Somente a prática não capacita o profissional para superar a concorrência, sendo necessária a constante atualização e acompanhamento diário das mudanças no contexto econômico e financeiro. Essas atualizações e aperfeiçoamentos ocorrem através de cursos, leitura e análise de noticiários, ou de boletins e mapas fiscais.

Sendo o cliente pessoa física ou jurídica, é bom saber que espera estar firmando contrato com um profissional que resolve os problemas de ordem fiscal, jurídica, trabalhista e tributária. É a pessoa que deve exibir a saúde financeira da empresa e ao mesmo tempo orientar corretamente o pagamento de tributos. Enfim, o contador deve conquistar seu cliente através de seu desempenho e credibilidade.

4.4 PRINCIPAIS FORNECEDORES DO ESCRITÓRIO

A implantação de um programa informatizado específico para a área, facilita bastante a prestação de serviços dos escritórios contábeis. Existem softwares no mercado que fazem todo o serviço de forma mais rápida e segura: folha de pagamento, livros fiscais, estatísticas, controle de estoque, faturamento, ordem de serviço, contas a pagar e receber, livro caixa eletrônico, sistemas integrados, etc.

4.5 PLANO DE AUDITORIA EXTERNA

O auditor deve planejar seu trabalho de acordo com as Normas Profissionais de Auditor Independente, com as demais normas do Conselho Federal de Contabilidade e com os prazos e outros compromissos contratualmente assumidos com a entidade auditada. Se o parecer for elaborado fora do prazo estabelecido com o cliente, a opinião do auditor pode perder sua necessidade e importância. Isso também pode fazer com que a entidade deixe cumprir a legislação no que diz respeito ao prazo para divulgação do parecer. O planejamento pressupõe adequado nível de conhecimento sobre as atividades, os fatos econômicos, a legislação aplicável e as práticas operacionais da entidade, além do nível geral da competência de sua administração. Não se quer dizer com isso que o auditor deva ter formação acadêmica na área de atuação da entidade auditada. Ele deve ser especialista em matéria contábil. Se for auditar uma empresa de exploração florestal, por exemplo, o auditor não precisará ser engenheiro florestal, mas deverá conhecer suficiente a atividade e a legislação a ela aplicável. O auditor pode contratar especialistas para o exame de matéria que envolva conhecimento específico fora de sua área de atuação.

No planejamento da auditoria realizada para o estudo de caso, foram considerados todos os fatores relevantes na execução dos trabalhos, especialmente os seguintes: o conhecimento detalhado das práticas contábeis adotadas pela entidade e as alterações procedidas em relação ao exercício anterior; o conhecimento detalhado do sistema contábil e de controles internos da entidade e seu grau de confiabilidade; os riscos de auditoria e a identificação das áreas importantes da entidade, quer pelo volume de transações, quer pela complexidade de suas atividades; a natureza, a oportunidade e extensão dos procedimentos de auditoria a serem aplicados; a existência de entidades associadas, filiais e partes relacionadas; o uso dos trabalhos de outros auditores independentes, especialistas e auditores internos; a natureza, conteúdo e oportunidade dos pareceres, relatórios e outros informes a serem entregues à entidade; a necessidade de atender a prazos estabelecidos por entidades reguladoras ou fiscalizadoras e para a entidade prestar informações aos demais usuários externos. Além disso, quando as demonstrações

contábeis do exercício anterior tenham sido examinadas por outro auditor, o planejamento deve contemplar os seguintes procedimentos: obtenção de evidências suficientes de que os saldos de abertura do exercício não contenham representações errôneas ou inconsistentes que, de alguma maneira, distorçam as demonstrações contábeis do exercício atual; o exame adequado dos saldos de encerramento do exercício anterior com os saldos de abertura do exercício atual; verificação de se as práticas contábeis adotadas no atual exercício são uniformes com as adotadas no exercício anterior; identificação de fatos relevantes que possam afetar as atividades da entidade e sua situação patrimonial e financeira; identificação de relevantes eventos subseqüentes ao exercício anterior, revelados ou não revelados.

4.6 LEVANTAMENTOS DOS PRINCIPAIS PONTOS A SEREM AUDITADOS

Para a verificação dos lançamentos fiscais e procedimentos adotados no escrituração fiscal, será observado o *check list* abaixo:

- 1 Foi observada a numeração da última NF emitida no mês anterior?
- 2 Foi observada a numeração do último recibo emitido no mês anterior?
- 3 Foram lançados todos os recibos de venda/locação e notas fiscais/serviços tomados?
- 4 Foram observadas todas as notas fiscais de Saídas canceladas?
- 5 Foram observadas todas as notas fiscais de Entrada nas Saídas?
- 6 Foram lançadas todas as notas fiscais de Serviços canceladas?
Foi verificado se as notas fiscais a que se referem as devoluções e retornos estavam lançadas? A tributação das notas fiscais de devoluções e retornos seguiu o mesmo critério das notas fiscais a que se referem, inclusive quanto ao ICMS parcialmente diferido?
- 7 Foram observadas todas as notas fiscais de devoluções, remessas, retornos e imobilizado?
- 8 Foi lançado no Livro de Apuração do ICMS o Diferencial de Alíquota de ICMS consumo/imobilizado de outra UF?
Foi lançado no Livro de Apuração do ICMS, quando aplicável, o ICMS
- 10 destacado pelas empresas optantes pelo Simples Nacional?
Foi verificado se apenas as notas fiscais com base de cálculo e valor do ICMS
- 11 apresentam alíquota? As notas fiscais não tributadas ou isentas não devem apresentar alíquota, informando-se em observações o dispositivo legal (Ex.

"Nota fiscal emitida por empresa optante pelo Simples Nacional").

- 12 Foi conferido se o valor total das notas fiscais de Saídas e Serviços confere com o valor total do Demonstrativo para Cálculo do Simples Nacional?
- 13 Foi verificado se o CFOP das notas fiscais de Entradas guarda relação com o CFOP constante da respectiva nota fiscal?
- 14 Foi verificado se as notas fiscais com CFOP 1.933/2.933 e 5.933/6.933 apresentam informações relativas ao ICMS e ISS?
- 15 Foi conferido o correto preenchimento da série e sub-série das notas fiscais? (Consulta de lançamentos X Relação de Notas por Emitentes/Destinatários)
- 16 Foi verificado se as notas fiscais de Entradas/Saídas apresentam informações relativas a IPI?
- 17 Foi informado nas notas fiscais à vista (Entradas/Saídas), quando aplicável, o indicativo desta situação?
- 18 Foi impresso o Livro Registro de Entradas?
- 19 Foi impresso o Livro Registro de Saídas?
- 20 Foi impresso o Livro de Apuração do ICMS?
- 21 Foi impresso o Livro de Apuração do IPI?
- 22 Foi impresso o Livro Registro de ISS?
- 23 Foi conferida a Relação de Bases de Cálculo (Entradas e Saídas)?
- 24 Foi conferido o Resumo por Alíquota de ICMS? (Atentar para o ICMS parcialmente diferido nas notas fiscais de Entradas e Saídas)
- 25 Foi conferido o Resumo por Classificação?
- 26 Foi conferido o Resumo por Natureza de Operação?
- 27 Foi conferida a Relação de Notas por Emitente/Destinatário? (*)
- 28 Foi conferida/impressa a Relação de Tributos Retidos (Entradas e Saídas)?
- 29 Foi preenchido as bases tributáveis para auxílio do PIS-COFINS?
- 30 Foi feita a Apuração Mensal?
- 31 Foi impressa a Memória de Cálculo PIS-COFINS?
- 32 Foi impresso o Demonstrativo para Cálculo do Simples Nacional ?
- 33 Foram impressas as guias dos impostos? (Incluindo os impostos retidos)
- 34 Foram conferidos os tributos na Manutenção de Recolhimentos?
- 35 Foi impresso o relatório da GIA?
- 36 Foi gerado o arquivo txt da GIA?
- 37 Foi gerado/validado o arquivo magnético do Sintegra? (**)
- 38 Foi gerado/validado o arquivo magnético do ISS Curitiba? (***)
- 39 Foi gerado/validado o arquivo magnético do ISS Cabreúva? (***)
- 40 Foi declarado/validado o Extrato Simplificado do Simples Nacional?
- 41 Foi bloqueada a data do sistema?
- 42 Foi preenchida a planilha de Estoque de Mercadorias?
- 43 Foi preenchido o IOB?
- 44 Foram enviados os tributos por email?

Considerações:

- (*) Realizar conferência mensal e trimestral. No caso de emitentes, conferir a seriação (série e sub-série) e os emitentes (duplicados); No caso de destinatários, conferir a sequência, a seriação (série e sub-série) e os emitentes (duplicados).

- (**)
- Realizar conferência no arquivo gerado apenas se não houver advertência, ou quando houver, restrinja-se aos "registros fora de ordem", verificando as notas fiscais por tipo de registro, a fim de identificar possíveis anomalias, e conferindo os totais conforme os Livros Registros de Entradas e Saídas.
- (***)
- Antes de gerar o arquivo, checar no arquivo "txt" gerado pelo Cordilheira os seguintes itens:
1. Documento fiscal: "E" - emitidos, "R" - recebidos e "C" cancelados;
2. Tipo do documento fiscal: 1 - Nota fiscal (a maioria dos casos);
3. Seriação: O tipo 1 exige seriação;
4. Retenção: "S" - Substituição Tributária (com retenção);
"N" - Normal (sem retenção);
5. Código do Serviço: apenas os documentos fiscais com "S";
6. Local da prestação do serviço: documentos fiscais com "N" será sempre "D" - dentro do município; documentos fiscais com "S" pode ser "D" ou "F" - fora do município;
7. Impressão da guia: Serviços emitidos - conferir o valor da guia com o Livro Registro de ISS; Serviços recebidos - conferir o valor da guia com o somatório do ISS dos documentos fiscais com "S" e "D"; e
8. A impressão dos relatórios de documentos fiscais emitidos e recebidos somente é possível após o envio e processamento do arquivo "txt" gerado pelo Cordilheira.

Guias para Recolhimento										
IRPJ	CSLL	PIS	COFINS	IPi	IRRF	PCC	INSS	ICMS	ISS	DAS
Obrigações Acessórias										
Sintegra	GIA	Nova Gia	ISS Ctba	DES SP	DIRF (EBS)	DIRF (Excel)	DCTF (Access)			

Para a auditoria das demonstrações contábeis foram observados os *check list* abaixo:

FINANCEIRO / CONTÁBIL	
No decorrer de nossos trabalhos, outros documentos e análises poderão ser necessárias e conseqüentemente solicitados.	
1. Histórico e informações genéricas sobre as demonstrações financeiras	
1,1	Atas de assembléia.
1,2	Organograma (subsidiarias, sociedade, fusões, etc).
1,3	Demonstrações financeiras auditadas, incluindo a demonstração de fluxo de caixa.

1,4	Cópia dos balancetes analíticos de 31/12/2008, 31/12/2009 e data-base mais recente de 2010 (ex: 31/07/2010). Favor fornecer os balancetes mensais para os mesmos períodos em formato eletrônico (Excel ou txt). Adicionalmente aos arquivos eletrônicos, favor fornecer cópia em papel dos balancetes constantes no livro diário para 31/12/2008, 31/12/2009 e data-base mais recente de 2010, que atestam que estamos trabalhando com a última versão dos balancetes desses anos.
1,5	Relatórios gerenciais mensais para os anos analisados.
1,6	Reconciliações e composições analíticas de todas as contas do balanço.
1,7	Detalhamento de qualquer receita e/ou despesa extraordinária ou não recorrente existente no período analisado.
1,8	Detalhes de empréstimos e financiamentos não registrados, ou quaisquer outras transações não registradas nos livros contábeis.
1,9	Fornecer planilhas de consolidação das empresas incluídas na transação para os anos analisados, incluindo as eliminações de ativos/ passivos e receitas/ despesas entre as companhias (se aplicável).
1,10	Fornecer a mutação do patrimônio de 2008 a data-base mais recente de 2010.
1,11	Fornecer dados gerais de instrumentos derivativos (histórico), perfil de risco, exposição líquida, impactos no caixa etc (se aplicável).
1,12	Detalhes de dividendos e distribuições de lucros para os acionistas para os últimos três anos.

2. Resumo das principais práticas contábeis, incluindo:

2,1	Reconhecimento da receita, incluindo valores recebidos antecipadamente.
2,2	Reconhecimento dos custos diretos e indiretos.
2,3	Registro e utilização de reservas (ou provisões).
2,4	Descrição de alterações de critérios contábeis adotados nos últimos 3 anos, incluindo as mudanças implementadas pela Lei 11.638/07 e MP 449/08 (se aplicável).

3. Receita, CPV e rentabilidade

3,1	Composição analítica mensal da receita por cliente (valor, preço e volume). Caso não seja possível em base mensal, favor fornecer total do ano nessa abertura.
3,2	Composição analítica mensal da receita por linha de produto (valor, preço e volume). Caso não seja possível em base mensal, favor fornecer total do ano nessa abertura.
3,3	Comparativo entre a previsão de vendas e o faturamento efetivo para os anos analisados (realizado x budget), incluindo o ano corrente.
3,4	Relação dos 10 maiores clientes por receita e valor de faturamento, incluindo volumes e margens obtidas.
3,5	Relatório mensal da margem bruta por cliente (para os clientes mais significativos).
3,6	Composição dos custos fixos e variáveis, bem como a descrição dos itens que compõem o cálculo do custo.
3,7	Análise de margem bruta por linha de produto.

3,8	Resumo dos rebates, reembolsos, programas de desconto e condição não usuais oferecidas aos clientes.
3,9	Cópia dos contratos com clientes mais significativos.

4. Outras despesas e receitas operacionais e não operacionais	
4,1	Composição analítica de despesas gerais e administrativas por categoria significativa.
4,2	Análise de outras receitas e despesas.
4,3	Análise de alocação de custos/ despesas corporativos ou divisionais (ex: despesas administrativas alocadas por empresa baseadas em premissas pré-definidas).
4,4	Relação de itens não recorrentes e não usuais, incluindo despesas não relacionadas ao negócio.

5. Disponibilidades	
5,1	Relação de todos os bancos com os quais a Empresa mantém relações comerciais.
5,2	Extratos bancários das respectivas contas demonstrando a posição das aplicações e saldo atual de conta corrente em 31 de dezembro de 2009 e data base mais recente de 2010 que cruze com o balancete mais recente fornecido para esse ano.
5,3	Cópia de contratos de operações de crédito firmados pela empresa, tais como contas garantidas, descontos de duplicatas, limites de conta etc.
5,4	Reconciliação bancária das instituições com as quais a empresa mantém relacionamento (conta corrente, conta garantida, aplicações, etc.) para a data base mais recente disponibilizada.

6. Contas a receber e outros ativos	
6,1	Favor fornecer composição analítica de contas a receber para a informação mais recente de 2010 (cruzada com o balancete disponibilizado), incluindo nome do cliente, data de emissão, data de vencimento, saldo em aberto e outras informações.
6,2	Composição e critério da constituição da provisão para devedores duvidosos.
6,3	Histórico da provisão para devedores duvidosos, perdas e baixas, para os últimos três anos (se aplicável).
6,4	Descrição da política de crédito, incluindo estabelecimento dos limites de crédito e cobrança, estrutura interna ou terceirizada de cobrança etc.
6,5	Descrição de contas a receber renegociados, incluindo valores e datas originais dos títulos e novos prazos e valores estabelecidos com clientes em atraso.
6,6	Fornecer listagem de títulos descontados para a data-base mais recente de 2010, incluindo os extratos bancários que suportem esses valores.
6,7	Detalhamento dos impostos a recuperar, registrados no ativo circulante e não circulante.
6,8	Composições analíticas de adiantamentos, outros ativos e despesas antecipadas para data-base mais recente de 2010, incluindo informações

	sobre as partes envolvidas, datas e valores em aberto.
6,9	Composição analítica dos depósitos judiciais na data-base mais recente de 2010.

7. Estoques

7,1	Explicar metodologia para avaliação dos estoques e alocação de <i>overheads</i> para estoques (mão-de-obra, GGFs, depreciação etc.).
7,2	Listagem dos produtos mantidos em estoques no último balanço patrimonial apresentado - produtos acabados, produtos em processamento, matérias-primas, entre outros. Favor detalhar descrição dos itens, quantidade, valor unitário, valor total e, se possível, data da última movimentação.
7,3	Informações de perdas no processo produtivo, incluindo datas, valores e principais motivos (se aplicável).
7,4	Providenciar relatórios administrativos, quando existentes, sobre estoques de baixo giro ou obsoletos na data do último balanço patrimonial (por exemplo, identificando itens sem movimento nos últimos 60 ou 90 dias).
7,5	Favor fornecer detalhes sobre os procedimentos de inventário físico efetuados pela empresa, tais como periodicidade, critério de amostragem, abrangência, procedimentos de contagens, acompanhamento dos auditores etc. Adicionalmente, favor fornecer os valores dos ajustes efetuados nos últimos três anos e explicações para acertos significativos.
7,6	Detalhar quantias de estoques em consignação com fornecedores ou mantidos fora da planta na data do último balanço patrimonial.
7,7	Composição analítica das importações em andamento para a data-base mais recente de 2010 (se aplicável).
7,8	Composição e critério da constituição da provisão para estoques.

8. Investimentos, imobilizado e intangíveis

8,1	Cálculo da equivalência patrimonial das empresas coligadas e/ ou controladas.
8,2	Cópia dos laudos de avaliação das empresas adquiridas e planilhas-suporte ao ágio/ deságio registrados na contabilidade (se aplicável)
8,3	Relação do ativo fixo, incluindo descrição do bem, data de aquisição, custo histórico, depreciação acumulada, taxa aplicada de depreciação e valor residual, conciliado com o balancete mais recente disponibilizado.
8,4	Relação dos ativos intangíveis, incluindo descrição do ativo, custo histórico, amortização acumulada e valor residual, conciliado com o balancete mais recente de 2010.
8,5	Método de depreciação/ amortização, e percentuais de depreciação aplicados por categoria.
8,6	Descrição de ativos sob leasing; se existente.
8,7	Cópia do mais recente laudo de avaliação de ativos - <i>impairment</i> (se aplicável).

8,8	Descrição de quaisquer ônus, penhor, restrições, violações, convênios e acordos de quaisquer tipos que afetam alguma propriedade possuída, alugada ou usada pela companhia e de significado relevante para o negócio da companhia, junto com as respectivas cópias.
8,9	Relação de hipotecas, penhor, garantias sobre propriedades da empresa ou utilizadas.
8,10	Relação das principais adições e baixas durante os últimos 3 anos.
8,11	Registro, ou contrato de locação (quando aplicável) do imóvel onde a empresa está instalada.

9. Contas a pagar e provisões

9,1	Relação das contas a pagar em 31/12/2009 e data-base mais recente de 2010, incluindo informações sobre nome do fornecedor/ prestador de serviço, data de emissão, data de vencimento e valores em aberto.
9,2	Relação das principais provisões e sua finalidade.
9,3	Detalhes dos depósitos/ adiantamentos de clientes e de quaisquer receitas diferidas.
9,4	Composição analítica das provisões de folha de pagamento e respectivos encargos para data-base mais recente de 2010.
9,5	Detalhes sobre parcelamentos de tributos e documentação suporte desses passivos, devidamente conciliados com o balancete mais recente disponível.
9,6	Composição analítica de outros passivos, detalhando partes envolvidas, datas e valores em questão para a data base mais recente de 2010.
9,7	Fornecer detalhes sobre planos de compra de ações, previdência privada, planos de retenção de profissionais-chave do negócio, participação nos lucros dos funcionários, indenização por quebra de contrato de executivos, entre outros compromissos.

10. Empréstimos, garantias e contingências

10,1	Planilha de contratos vigentes com instituições financeiras demonstrando valores, vigência, taxas de juros, índices de correção monetária, termos e datas de pagamentos, de preferência conciliado com a data-base mais recente disponibilizada de 2010.
10,2	Cópia dos contratos vigentes e/ ou extratos bancários de empréstimos e financiamentos.
10,3	Planilhas com as principais características e cópia dos contratos de leasing, se aplicável.
10,4	Descrição dos eventuais ativos oferecidos como garantias (Ex: hipotecas, penhor mercantil, etc.) ou restrições existentes.
10,5	Resumo de outros passivos contingenciais (processos, custos de aquisição diferidos etc.) em 31 de dezembro de 2009 e data base mais recente de 2010.
10,6	Resumo das causas existentes contra a empresa, segregadas entre civil, trabalhista, tributário, ambiental, etc. Informar parte reclamante, data do processo, valor da causa, valor considerado para perda efetiva e classificação de perda informada pelo advogado da companhia (data-

	base mais recente).
10,7	Compromissos com gastos com capital (investimentos em ativo fixo, ampliações de fábrica, planos de expansão etc.).

11. Partes relacionadas

11,1	Descrição e saldos de balanço patrimonial referentes às transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2009 e data base mais recente de 2010 (ativos e passivos, inclusive saldos incluídos em contas operacionais da companhia - contas a receber, estoques, contas a pagar etc.).
11,2	Descrição e totais das operações registradas na DRE referentes a transações <i>intercompany</i> , indicando contas em que foram registradas, valores por ano e natureza das transações (últimos três anos).
11,3	Relação dos contratos existentes entre as empresas do mesmo grupo, incluindo valor, vigência e índices de correção monetária, caso aplicável.
11,4	Cópias dos contratos vigentes entre a empresa seus sócios (se aplicável).

Além disso, foi observado se as demonstrações contábeis levaram em conta os quesitos abaixo:

Finanças:

- 1.1 Contas auditadas referentes aos últimos 5 anos e as devidas contas consolidadas auditadas referentes a tais períodos. Contas não auditadas da administração referentes ao período até a data atual, a partir do fim do último exercício em que havia contas auditadas.
- 1.2 Orçamento e previsão para o ano em curso. Plano de negócios para os próximos 3 anos.
- 1.3 Todo material extraordinário de receita não recorrente ou itens de despesas dos últimos 3 anos.
- 1.4 Relatórios de auditoria e cartas da administração aos diretores ou membros do conselho de administração, ou quaisquer comitês do mesmo, preparadas ao longo dos últimos três anos. Correspondência com os auditores, preparada ou recebida ao longo dos últimos três anos, referente às atividades do Grupo.
- 1.5 Detalhes de quaisquer dividendos ou distribuições pagos, efetuados ou declarados (ou propostos) desde a data das mais recentes contas auditadas.
- 1.6 Quanto a todas as informações financeiras fornecidas, favor incluir uma descrição do método utilizado (IAS, US GAAP, etc.).
- 1.7 Devedores:
 - a) Descrição dos termos e condições de pagamento. Detalhes da política de crédito do Grupo.

- b) Detalhes sobre os devedores da sociedade, categorizados pelo tempo da dívida em relação à última data disponível.
- c) Detalhes do registro dos créditos de liquidação duvidosa, incluindo baixas contábeis e desvalorizações nos últimos três exercícios fiscais.
- d) Lista das atuais contas de recebimento duvidoso e detalhes de todas as provisões para dívidas duvidosa.
- e) Detalhes de quaisquer possíveis baixas contábeis ou desvalorizações contempladas por qualquer Sociedade do Grupo.

1.8 Estoque:

- a) Detalhes do procedimento de compra estoque.
- b) Metodologia de inventário do estoque.
- c) Mais recente inventário de estoque disponível
- d) Lista de todo o estoque obsoleto ou descartado.
- e) Lista de todo o estoque obsoleto, descartado e vencido, e ainda não vendido.
- f) Análise do estoque e do trabalho em andamento (por volume e valor), incluindo políticas de avaliação e provisionamento.

1.9 Ativos Fixos:

- a) Uma lista de todas as instalações, máquinas, equipamentos e demais ativos de propriedade e/ou usados por cada Sociedade do Grupo, que são de valor relevante e que demonstram sua situação real.
- b) Um cronograma completo indicando a depreciação de todas as instalações, máquinas, equipamentos e demais ativos, como acima mencionado.
- c) Detalhes de qualquer opção segundo a qual uma Sociedade do Grupo possa comprar ou vender ativos.
- d) Cronograma de todos os ativos arrendados, inclusive arrendamento de veículos.

1.10 Credores:

- a) Detalhes do livro razão de contas a pagar na data mais recente disponível.

1.11 Dívida e Documentos de Financiamento:

- a) Detalhes sobre qualquer hipoteca, debênture, encargo ou outro ônus, gravame ou garantia, indenização ou fiança dados por ou

em relação a qualquer Sociedade do Grupo, suas ações/quotas, direitos e ativos.

- b) Detalhes e cópias de contratos de empréstimo e financiamento concedidos a ou por uma Sociedade do Grupo (inclusive todos os empréstimos e dívidas entre as empresas, de diretores e funcionários)
 - c) Detalhes e cópias de todos os acordos com banco(s), incluindo todas as linhas de cheque especial e linhas de crédito rotativo, e os prazos e bases de quaisquer garantias.
 - d) Lista dos principais credores (exceto aqueles mencionados no Item 3.1.11 b)), indicando as quantias em aberto, datas de vencimento dos pagamentos e quaisquer termos relevantes quanto o interesse ou de outra forma. Cópias dos contratos firmados com tais credores.
 - e) Contratos de trocas e futuros, operações de investimentos, derivativos.
 - f) Detalhes sobre obrigações contingenciais, quer ou não incluídas no balanço patrimonial.
 - g) Detalhes sobre qualquer dívida de Sociedade do Grupo, exceto incorrida durante o curso normal dos negócios.
- 1.12 Lista de todos os bancos com relacionamento comercial com uma Sociedade do Grupo.
- 1.13 Demandas:
- a) Lista de demandas referente aos últimos 5 anos (produto, volume, valor, cliente envolvido).
 - b) Casos pendentes com potencial de perda e provisões correspondentes.
- 1.14 Tratamento contábil conferido ao plano de compra de ações e detalhes das provisões correspondentes, se houver.

2. Tributos

- 2.1 Detalhes de todas as declarações de imposto de renda e outras declarações (incluindo, sem constituir limitação, declarações de imposto referente a pagamentos de tributos, taxações, imposto sobre mercadorias e outros impostos) entregues por cada Sociedade do Grupo a qualquer autoridade tributária ao longo dos últimos 5 anos.

- 2.2 Toda a correspondência com quaisquer autoridades ou agências governamentais encarregadas de cobrança de impostos ou de executar ajustes ou de questionar posições de *compliance* adotadas por uma Sociedade do Grupo ao longo dos últimos 5 anos.
- 2.3 Todos os documentos de auditoria referentes a mais recente auditoria realizada por quaisquer autoridades ou agências governamentais encarregadas da cobrança dos impostos de cada Sociedade do Grupo ao longo dos últimos 5 anos.
- 2.4 Detalhes e cópias de todos os contratos de compartilhamento de impostos, de incentivos e benefícios fiscais envolvendo uma Sociedade do Grupo.
- 2.5 Detalhes sobre qualquer disputa anterior, atual, pendente ou iminente com autoridades ou agências encarregadas da cobrança ou execução de impostos.
- 2.6 Uma cópia das mais recentes contas imputadas a uma Sociedade do Grupo.

Para continuidade da análise das demonstrações contábeis, serão observados os procedimentos de auditoria:

CAIXA

- a) Conferir se os boletins de caixa “batem” com os saldos contábeis;
- b) Através da análise de um determinado mês, nos movimentos de boletins de caixa, verificar a consistência dos documentos.
- c) Cheques pré-datados não devem fazer parte do Caixa, devendo os mesmos serem reclassificados para conta de créditos a receber.

BANCOS

- a) Conferir se os saldos dos bancos constantes no balancete contábil estão em conformidade com os extratos bancários e/ou conciliações apresentadas pela empresa;
- b) Com base na conciliação bancária, verificar se os cheques e depósitos

constantes na conciliação bancária realmente constam no extrato bancário do período subsequente, bem como se não há pendência de longa data nas conciliações bancárias;

- c) Analisar em um determinado mês ou alguns dias de certo mês, por amostragem, os documentos de suporte dos registros constantes na conta bancos conta movimento;
- d) Verificar se nos meses seguintes, ao do encerramento do balancete e balanço existem despesas pagas de meses ou ano anteriores e que estão sendo contabilizadas pelo pagamento, mas devem ser contabilizadas pelo período de Competência, tais como:

APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Conferir os saldos contábeis de aplicações financeiras:

- a) com extratos de aplicações financeiras;
- b) verificar se está sendo contabilizado o IRRF sobre rendimentos das aplicações financeiras, na conta de Impostos a Recuperar.

RENTA FIXA: Os rendimentos das aplicações financeiras de Renda Fixa devem ser apropriados até 31/12/2009, "*pro-rata tempore*", pois seus rendimentos são considerados líquidos e certos. Exemplo: CDB, RDB.

RENTA VARIÁVEL: Os rendimentos de aplicações financeiras de renda variável (atreladas à Bolsa, ao Ouro, ao Dólar, etc.) devem ser registrados na data do respectivo resgate.

CONTROLES INTERNOS

- **CAIXA**
- **BANCOS**
- **APLICAÇÕES**

Caixa

Manter Boletim ou outros livros de caixa para suportar o registro das operações do caixa.

Tais boletins ou outros livros de caixa devem conter:

- Vistos do caixa responsável

- Vistos de aprovação superior
- Evidências de conferências de somas e apuração dos saldos
- Composição dos valores constantes no caixa: vales, cheques, dinheiro, etc.
- Numeração dos boletins

Os pagamentos efetuados pelo caixa devem estar suportados por documentos hábeis.

Os documentos devem conter:

- Visto do responsável que autorizou a realização do gasto
- Visto do responsável que autorizou o pagamento
- Carimbo de "PAGO", com o objetivo de evitar futuras reapresentações do mesmo documento.

Bancos

Todas as contas bancárias estão devidamente:

- Autorizados pela direção
- Registradas no razão geral ou em razões auxiliares
- Abertas em nome da empresa.
- Solicitar extratos oficiais, pois os extratos via internet podem ser facilmente adulterados pelos usuários.
- Antes do pagamento através de cheques ou via *home-bank* (internet), verificar se são observados os seguintes procedimentos:
 - a) Requisição
 - b) Cotação de preço – 2 ou 3 cotações
 - c) Autorização para a referida compra, por pessoa responsável
 - d) Conferência ou recepção do produto, para averiguar realmente se a mercadoria foi entregue.
 - e) Autorização para o pagamento
 - f) Conferência do contas a pagar

APLICAÇÕES FINANCEIRAS

- Existem planilhas de controle dos valores aplicados;
- Foram efetuadas cotações para verificar quais as melhores taxas de aplicações financeiras, preservando, no entanto, a segurança e a

liquidez.

DUPLICATAS A RECEBER

Principais incorreções:

- não conciliado o saldo contábil das contas dos clientes com o relatório das duplicatas a receber;
- a empresa não possui relatório das duplicatas a receber ou mantém o controle e não emite o relatório ao final de cada mês;
- título/duplicata a receber pendente de longa data, sem a devida provisão para devedores duvidosos conforme regra legal;
- contabilização a maior ou a menor da receita;
- erro na contabilização de devoluções de vendas e vendas canceladas – não batem com os livros de entrada de mercadorias;
- lançamentos invertidos entre contas de clientes.
- duplicatas a receber no prazo superior a 12 meses da data do encerramento do balanço, as quais devem ser reclassificadas para o Não Circulante.

Documentos a serem solicitados:

- O auditor poderá solicitar o razão contábil das contas selecionadas para exame, e a própria cópia do razão contábil poderá servir como papel de trabalho;
- A partir do razão contábil, solicitar à contabilidade o recebimento subsequente, ou seja, o auditor deverá verificar se as duplicatas constantes na seleção foram recebidas, na data do documento, mediante verificação nos relatórios de recebimento junto às instituições financeiras.

Procedimentos:

Conferir se o saldo da conta de Duplicatas a Receber (ou Clientes) constante no balancete contábil está em conformidade com o Relatório de Duplicatas a Receber do setor financeiro e efetuar os seguintes testes:

- por amostragem, selecionar clientes;
- efetuar testes de recebimento subsequente (nos meses seguintes a data base do balancete, verificar o crédito ou depósito em conta corrente referente o recebimento das duplicatas analisadas);
- as duplicatas selecionadas para os testes, e ainda não recebidas até a

data da realização dos trabalhos de Auditoria, conferir o valor e data de vencimento com a efetiva nota fiscal;

- investigar as diferenças existentes entre o balancete e o Relatório de Duplicatas a receber;

Controles internos Contas a Receber

- O setor de cobrança está organizado no sentido de efetuar a gestão das contas a receber e possui sistemas adequados de registros e controles.
- Manter no setor registros individuais das contas a receber, indicando número dos títulos, valores, vencimentos e saldos.
- As análises e resumos são examinados por funcionário responsável, tomando-se as providências necessárias à cobrança dos títulos vencidos.

AUDITORIA ESTOQUES

Principais Erros

- mudança de critério de avaliação de estoque de um ano para outro*;
- avaliação incorreta do custo, em desconformidade com as normas legais;
- subavaliação ou superavaliação de estoque;
- não realização do inventário;
- inexistência de escrituração do livro de inventário;

Procedimentos de Auditoria

O saldo contábil da conta Estoque deverá “bater” com o Inventário de Estoque constante no Livro de Inventário de Estoque.

Verificar se há ou não subavaliação ou superavaliação de estoque - Custos

Para o Auditor averiguar se os custos vêm mantendo-se com certo equilíbrio e coerência com as Receitas deve proceder à seguinte análise:

- somar mês a mês o CPV e o CVM
- somar mensalmente as receitas com vendas de produtos e mercadorias;

- somar mês a mês os impostos incidentes sobre as vendas (IPI, ICMS, PIS, Cofins), vendas canceladas e devoluções de vendas;

Controles internos - Estoques

A empresa deve estar organizada no sentido de controle e vigilância permanente de seus estoques, quanto à guarda e movimentação.

Os estoques mantidos pela empresa estão sob controle e responsabilidade de pessoal adequado.

Os locais de armazenagem ou estocagem são adequados quanto a:

- roubo, fogo, perdas, extravios, etc.
- inacessibilidade de terceiros, não autorizados.

Os sistemas de controles mantidos evitam as entradas e as saídas de estoques sem documentação suficiente e aprovada.

INVESTIMENTOS

Principais Erros

Algumas empresas não aplicam o método de equivalência patrimonial em seus investimentos, fazendo assim que haja uma subavaliação ou superavaliação do mesmos: Realizar cálculos da equivalência patrimonial em investimentos relevantes. Solicitar para cálculo as demonstrações financeiras da investida, solicitar ainda contratos sociais e alterações consolidadas para certificar-se do percentual de participação no PL da investida. Atentar ainda para o correta contabilização na conta de receita a título de equivalência patrimonial e o ajuste da mesmo no LALUR para retirar seu efeito da apuração de IR e CSLL.

FORNECEDORES

Principais incorreções: saldos inadequados, saldo da conta fornecedor não está de acordo com o relatório de contas a pagar, saldo dos fornecedores não conciliados com o relatório de contas a pagar, inexistência ou falta de emissão

mensal do relatório de contas a pagar

Procedimentos de auditoria

Procedimentos de auditoria: Se o relatório do Setor de Contas a Pagar, contendo os fornecedores da empresa está conciliado com o balancete contábil, investigar diferenças não explicadas, se não há o relatório de fornecedores a pagar, sugerir a implementação do mesmo; Por amostragem, selecionar os fornecedores mais representativos: verificar a liquidação subsequente, isto é, se as duplicatas constantes no Balanço estão sendo pagas nos meses subsequentes ao Balanço; Alternativamente, verificar as notas fiscais que deram o saldo constante no Balanço; Atentar aos fornecedores pendentes de pagamento de longa data, questionar o motivo da pendência e se realmente existe a dívida;

Controles internos

A contabilidade e o setor de contas a pagar estão adequadamente organizados, no sentido de manter as obrigações sob permanente controle e vigilância, quanto a (controles, formulários em uso, n.º de vias e destinação): Posições e vencimentos dos títulos; Registros adequados, suficientes e em tempo hábil; Que evitem pagamentos indevidos, em atraso ou em duplicidade. Existe um sistema adequado para registro e controle das contas a pagar em geral,

MÚTUOS

Verificar se há contrato relativo aos empréstimos de mútuo entre a empresa e seus sócios. Observar que os rendimentos auferidos nas operações de mútuo de recursos financeiros entre pessoa física e pessoa jurídica e entre pessoas jurídicas, inclusive controladoras, controladas, coligadas e interligadas sujeitam-se à incidência dos impostos.

Procedimentos de Auditoria

Conferência das Receitas: Para confirmar se os saldos das contas de Receitas estão corretos, o Auditor deverá confrontar a Receita constante no balancete com os Livros de saída de Mercadorias ou Produtos (ICMS/IPI) e de

Serviços (ISS).

CUSTOS E DESPESAS

Procedimentos de Auditoria

Custos

Para o Auditor averiguar se os custos vêm mantendo-se com um certo equilíbrio e coerência com as Receitas deve proceder a seguinte análise:

- ✓ somar mês a mês o CPV e o CVM
- ✓ somar mensalmente as receitas com vendas de produtos e mercadorias;
- ✓ somar mês a mês os impostos incidentes sobre as vendas (IPI, ICMS, PIS, Cofins) vendas canceladas e devoluções de vendas;

Despesas

O Auditor poderá selecionar as contas mais relevantes de despesas e solicitar o razão contábil das mesmas, através do razão contábil poderá selecionar alguns documentos que julgar necessário; através do balancete de verificação, visualizar contas como despesas diversas, multas de trânsitos, doações, brindes outras contas que deverão ser adicionadas ao IRPJ e à CSSL, solicitando o razão contábil e documentação para a análise. Verificação de despesas com veículos e as despesas indedutíveis.

Análise Global

O auditor poderá selecionar as principais contas de despesas, dentro dos respectivos grupos e realizar a comparação mês a mês, e solicitar o razão contábil da conta relativa ao mês que houve maior variação para a respectiva análise.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Neste trabalho, realizou-se uma discussão profunda da auditoria no meio empresarial bem como sua inter-relação com a prestação de serviços contábeis às empresas, com o intuito de obter confiabilidade e segurança nos negócios. Verificamos neste trabalho a evolução histórica da auditoria até seu contexto atual, explicitando os tipos, evidenciando suas formas de apresentação (interna e externa) e elaborar um breve estudo, avaliando os serviços contábeis dos escritórios através da análise das demonstrações contábeis de uma empresa escolhida aleatoriamente, denominada como empresa K, através de uma auditoria externa, evidenciando se as demonstrações contábeis da mesma atende as normas e princípios de contabilidade geralmente aceitos, utilizando uma lista de procedimentos de auditoria e *check list*, criado de modo a auditar os pontos principais das demonstrações e procedimentos de escrituração contábil e fiscal.

Através da auditoria realizada no estudo de caso, observamos que os valores em clientes e disponibilidades não estão de acordo com as receitas obtidas no ano, além disso, verificamos que foram utilizadas as contas de estoque e custo das mercadorias vendidas para ajuste do lucro bruto do exercício, de modo a recolher menos impostos, pois o lucro bruto do exercício, com as adições e exclusões serve como base de cálculo, pois a empresa é optante pelo regime de apuração do lucro real trimestral. Foi observado a inexistência de controle tanto no pagamento de fornecedores, quando no recebimento de clientes, pois os mesmos eram sempre baixados 30 dias após a provisão. Nas demonstrações utilizadas no estudo de caso, tivemos um exemplo de uma contabilidade que não apresenta a real situação econômico-financeira da empresa. Sendo um mau exemplo de prestação de serviços contábeis.

Recomendamos que o escritório contábil que gratuitamente cedeu as demonstrações contábeis utilize de procedimentos de auditoria e *check list* de escrituração contábil e fiscal, de modo a realizar da melhor maneira possível a contabilização da empresa. Observamos que outros escritórios utilizam com sucesso estas ferramentas para padronizar sua escrituração fiscal e contábil.

Através desse trabalho, fica a recomendação também, de que se explore a auditoria no sentido de verificar e esclarecer as mutações das demonstrações contábeis nos novos moldes da nova legislação, conforme Lei nº 11.638/2007, medida Provisória nº 449/2008 e CPC's emitidos com base na conversão da contabilidade brasileira para o IFRS. Fica o adendo também, da carência no "mundo acadêmico" de aulas práticas voltadas para o dia-a-dia de um escritório contábil, como por exemplo, incluir na grade acadêmica, uma aula referente declarações acessórias da Receita Federal do Brasil, ou uma aula de escrituração fiscal e contábil, utilizando um sistema informatizado de contabilidade.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria**: um curso moderno e completo. São Paulo: Saraiva, 1984.

AMAT, Orion. O caso Arthur Andersen/Enron: **o fundo do poço?** La Vanguardian Digital, fev. 2002. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos>>.

ATTIE, William. **Auditoria interna**. São Paulo: Atlas, 1992.

ATTIE, William. **Auditoria Conceitos e Aplicações**. 3ed. São Paulo: Atlas, 1998.

BOYNTON, William C.; JOHNSON, Raymond N.; KELL, Walter G. **Auditoria**: Tradução Autorizada. 7ed. São Paulo: Atlas, 2002.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria contábil**: teoria e prática. 3ed. São Paulo: Atlas, 2004.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios fundamentais e normas brasileiras de Contabilidade**. Brasília.

FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria Contábil**. 2ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ed. São Paulo: Atlas, 2003.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologia, práticas. 22ed. São Paulo: Atlas, 2005.

OLIVEIRA, Luís Martins; DINIZ FILHO, André. **Curso básico de auditoria**. São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA, Sílvia Luiz de. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

7 GLOSSÁRIO

Acompanhamento. Análise sistemática e avaliação, efectuadas/ efectuadas pelo auditor após determinado período de tempo, das actividades/actividades e medidas empreendidas pela entidade fiscalizada, na sequência/sequencia das conclusões e recomendações incluídas no relatório de auditoria.

Auditoria externa. Auditoria realizada por um organismo externo e independente da entidade fiscalizada, tendo por objectivo/objectivo, por um lado, emitir um parecer sobre as contas e a situação financeira, a legalidade e regularidade das operações e/ou sobre a gestão e, por outro, elaborar os relatórios correspondentes.

Auditoria interna. Serviço ou departamento interno de uma entidade incumbido pela direcção/direcção de efectuar/efectuar verificações e de avaliar os sistemas e procedimentos da entidade com vista a minimizar as probabilidades de fraudes, erros ou práticas ineficazes. A auditoria interna deve ser independente no seio da organização e prestar contas directamente/directamente à direcção/direcção.

Auditoria operacional. Auditoria que incide em todos os níveis de gestão sob o ponto de vista da economia, eficiência e eficácia, nas suas fases de programação, execução e supervisão. Ver economia, eficiência, eficácia.

Controle interno. Conjunto dos processos e meios que permitem respeitar o orçamento e os regulamentos em vigor, salvaguardar os activos/ativos, assegurar a validade e autenticidade dos registos/registros contabilísticos/contábeis e facilitar as decisões de gestão, especialmente através da colocação à disposição, no momento oportuno, da informação financeira.

Eficácia. Grau de alcance dos objectivos/objectivos visados, segundo uma relação de custo/benefício favorável.

Eficiência. Utilização dos recursos financeiros, humanos e materiais de modo a

atingir a maximização dos resultados para um determinado nível de recursos ou a minimização dos meios para determinada quantidade e qualidade de resultados.

Erro. Falta profissional cometida por negligência ou desconhecimento de determinados princípios, normas ou regras, que prejudica a regularidade de actos/atos e factos/fatos.

Fraude. Manipulação, falsificação ou omissão intencionais dos registos/registros e/ou documentos e apropriação indevida de activos/ativos, que prejudicam a regularidade e a veracidade da escrituração.

Normas de auditoria. Regras que o auditor deve observar em relação aos objectivos/objetivos a atingir, aos procedimentos e técnicas de auditoria utilizados, ao relatório que deve elaborar e à qualidade do trabalho.

Procedimentos de auditoria. Conjunto de verificações e averiguações previstas num programa de auditoria, que permite obter e analisar as informações necessárias à formulação da opinião do auditor.

Relatório de auditoria. Documento contendo as comprovações, conclusões e, eventualmente, recomendações que a instituição de fiscalização ou o auditor considerem útil levar ao conhecimento da entidade fiscalizada ou de qualquer outra autoridade competente. O relatório de auditoria pode ser acompanhado das respostas da entidade fiscalizada.

8 ANEXOS

Constarão em anexo neste trabalho, as demonstrações contábeis da empresa K, são elas: Balanço Patrimonial, DRE, Balancete de verificação e DLPA respectivamente.

ANEXO 1 – BALANÇO PATRIMONIAL

Consolidação: Estabelecimento

Grau: 5

Encerrado em: 31/12/2007

ATIVO	1.350.234,67
ATIVO CIRCULANTE	1.259.167,54
DISPONIBILIDADES	10.568,16
CAIXA	7.935,94
CAIXA GERAL	7.935,94
BANCOS CONTA MOVIMENTO	2.632,22
BCO BRADESCO S/A - C/C 5.300-7	1.827,28
BCO ITAÚ S/A - C/C 19.681-4	804,94
CRÉDITOS	250.787,64
CLIENTES DIVERSOS	7.596,15
O M DE ALMEIDA COMERCIAL	150,00
MITRA COOP DE CTBA	268,46
HIDRO BRASIL SERV HIDROJATO LT	215,37
A P M ESC MUNC. JHON KENNED	131,54
FUNDEPAR COLEGIO FERREIRA COST	276,00
CORPORAÇÃO DA UNIÃO SUL BRASIL	1.364,86
ASS CRISTÁ DE ASSIST SOCIAL	141,84
SECRETARIA DE EST. DA EDUCAÇÃO	4.764,22
EMPRESA IMOBIL. RIBAS MARTINS	74,32
PARÓQUIA BOM PASTOR	209,54
CARTÃO DE CRÉDITO A RECEBER	243.172,34
CARTÃO MASTERCARD	114.418,70
CARTÃO VISA	128.753,64
TRIBUTOS FEDERAIS A COMPENSAR	19,15
PIS PAGO INDEVIDAMENTE	18,14
JUROS S/ IMPOSTOS A COMPENSAR	1,01
ESTOQUES	997.811,74
ESTOQUES DE MERC. P/ REVENDA	997.811,74
ESTOQUES DE MERC. P/ REVENDA	997.811,74
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	6.908,32
OUTROS CRÉDITOS	6.908,32
TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO	6.908,32
BRADESCO CAPITALIZAÇÃO	6.035,14
OUROCAP BANCO DO BRASIL	873,18
PERMANENTE	84.158,81
IMOBILIZADO	84.158,81
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	21.869,76
EQUIP. DE INFORMATICA	18.700,00
EQUIP. ELÉTRICOS	3.169,76
VEÍCULOS	178.094,38
VEÍCULOS	170.116,65
CONSÓRCIOS NÃO CONTEMPLADO	7.977,73
INSTALAÇÕES	884,11
INSTALAÇÕES DIVERSAS	884,11
SOFTWARES	589,41
SOFTWARES DIVERSOS	589,41
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA	-117.243,16
DEP. ACUM DE EQUIP INFORMATICA	-11.361,70
DEP. ACUM. DE EQUIP. ELÉTRICOS	-176,09

Consolidação: Estabelecimento

Grau: 5

DEP. ACUM. DE VEÍCULOS	-105.678,60
DEP. ACUM. DE INSTALAÇÕES	-26,77
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	-35,69
AMORT. ACUM. DE SOFTWARES	-35,69

TOTAL DO ATIVO 1.350.234,67

Consolidação: Estabelecimento

Grau: 5

Encerrado em: 31/12/2007

PASSIVO	1.350.234,67
PASSIVO CIRCULANTE	889.049,20
ENCARGOS TRAB. E SOCIAIS	71.993,86
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	49.898,92
SALÁRIOS A PAGAR	23.344,80
PROV. DE FÉRIAS A VENCER	26.554,12
OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	22.094,94
INSS A RECOLHER	9.431,74
FGTS A RECOLHER	2.891,94
ENC. INSS S/ PROV. DE FÉRIAS	7.647,24
ENC. FGTS S/ PROV. DE FÉRIAS	2.124,02
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	69.037,46
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	226,29
ISS RETIDO A RECOLHER	74,60
CONT. ASSIST. DESC. A RECOLHER	96,24
CONT. SIND. DESC. A RECOLHER	55,45
IMPOSTOS A PAGAR	68.811,17
IRPJ A PAGAR	3.029,54
CSLL A PAGAR	1.817,73
PIS A PAGAR	3.125,06
COFINS A PAGAR	50.515,19
ICMS A PAGAR	10.323,65
FORNECEDORES	406.868,42
FORNECEDORES DIVERSOS	399.005,36
USINA ALTO ALEGRE S/A	3.460,50
SERRADOS E PAST.DE CELULOSE LT	1.516,00
FESTPAN PROD P/PANIFICACAO LTD	1.663,74
ANACONDA IND. E AGRIC. S/A	6.516,00
REPRESENTACOES COM.RONDON LTDA	687,60
SOUZA CRUZ S/A	5.847,47
PARATI S/A	2.359,20
PERDIGAO AGROINDUSTRIAL S/A	1.445,40
ROMANI S/A IND. E COM. DE SAL	1.587,45
COOPERATIVA C. AGROP. SUDOESTE	1.872,00
SPAIPA S/A IND.BRAS.DE BEBIDAS	53.267,07
BEIJA-FLOR IND.DE ALIMENTOS LT	1.359,80
LIDER ALIMENTOS DO BRASIL LTDA	7.358,87
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR	7.604,26
DEYCON COM.E REPRESENTACOES LTD	3.530,19
DORI ALIMENTOS LTDA	1.335,44
JULIO STAMPA DIST.DE ALIM. LTD	5.857,64
PEDRO MUFFATO & CIA LTDA	2.319,29
NESTLE BRASIL LTDA	274,74
VIGOR S/A F. DE PROD. ALIMENTI	2.368,88
BEB.WILSON IND.COM. LTDA	2.485,92
COOPEROESTE COOP. REG. LTDA	8.985,16
STIVAL ALIMENTOS IND.COM. LTDA	2.937,11
JANDIRA COM.PROD. ALIMEN. LTDA	1.350,50
TRES PORTOS S/A IND.PAPEL	2.991,48
CONIEXPRESS S/A	1.865,56
JAGUAFRANGOS IND. E COM. LTDA	2.238,20
QUIMICA AMPARO LTDA	4.764,36
PREDILECTA ALIMENTOS LTDA	1.230,63
PANDURATA ALIMENTOS LTDA	4.800,18
UNILEVER BESTFOODS B. LTDA	1.564,53
FRIGO FORTE COM DE CARNES LTDA	563,20
BATAVO S/A IND DE ALIMENTOS.	2.256,05
CAHDAM VOLTA GRANDE S/A	1.812,45
TRIUNFANTE PARANA ALIM LTDA	22.904,49
ATACADAO DIST COM E IND LTDA	6.086,64
BRILHOPAN DIST GEN ALIMENT LTD	2.054,20
NUTRELA ALIMENTOS S/A	88,97
AUDICONSUL ASSESSORIA E SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA.	

ITAMARATY IND E COM. S/A	4.167,15
ALIMENTOS ZAELI LTDA	963,08
ALFAMA DIST DE PROD. ALIMENTIC	770,49
KIMILAN COM. DE PROD. LIMPEZA	1.122,00
DISJOI DIST E LOGISTICA LTDA	6.731,61
LACTICINIOS TIROL LTDA	6.982,00
MUNDO DOS CEREAIS ALIMENTOS LT	753,00
FORTESUL DIST DE ALIMENTOS LTD	1.443,68
VINICOLA CAMPO LARGO S/A	6.290,97
SEARA COM. PROD. AGROPEC. LTDA	2.517,86
LA VALLE DO BRASIL LTDA	6.348,89
DA ILHA COM. DE ALCOOL LTDA	1.763,03
REFLEXA COM. DE MANUFAT. LTDA	3.480,16
CBN DIST PROD ALIM. LOGISTICA	2.904,48
COOP CENTRAL OESTE CATARINENSE	4.440,97
COOP. AGROP. PETRÓPOLIS LTDA	352,56
CIA DE BEBIDAS AMERICAS - 0094	5.610,53
COPAPEL COM E REPRES PAPEL LTD	173,54
DA BARRA ALIMENTOS LTDA	4.576,25
MOINHO SÃO LUIZ LTDA	1.608,00
JULIO CESAR COLEGARO	999,80
ARROJITO COM DE ALIMENTOS LTDA	2.225,20
UNILEVER BRASIL LTDA 0022	3.249,24
PITOLI UD LTDA	1.580,37
FRIGOSUL IND SUL BRAS CARNES L	393,00
DIMEDEIROS DIST DE ALIM LTDA	1.525,99
JN ATACADISTA E DIST LTDA	3.118,20
MILI S/A	2.198,77
PROCTER & GAMBLE IND. E COM. L	1.514,72
GRANJEIRO ALIM. LTDA	2.974,00
COM. E DISTR. DE FRIOS SOL LTD	240,03
E. PEREIRA & M. LOPES LTDA	473,99
LC FONSECA & CIA LTDA	300,00
FRUTICOLA SHANGRILA LTDA	380,00
BER MAN DIST. ART. PAP. LTDA	986,63
FEGUSPAM COMERCIAL LTDA	132,08
FONSECA COM. DE HORT. LTDA	1.620,00
FLORATAPLUS IND COM COSM LTDA	702,00
JR SCOPARO & SCOPARO LTDA	885,79
ALUMÍNIO GENIAL LTDA	648,71
HORTIGR. RIO SAGRADO LTDA	240,79
FABIO ZANETTI AGUIAR	400,00
PRODUMIX COM. DE RAÇÕES LTDA	1.271,00
IMPERMEZZO IMPERMEABILIZ. LTDA	3.709,00
CEDRO COMERCIAL DE ALIM. LTDA	2.132,50
ADENIR CUSTÓDIO DA SILVA	1.425,00
SUCOS DO BRASIL LTDA	11.066,67
BOMBRIL S/A	1.002,19
PAVILOCHE ALIMENTOS LTDA	1.485,54
PINHEIRAL IND. DE BEB. LTDA	669,46
GDM CONSERVAS LTDA	1.487,25
COOP REG AGROP VALE DO ITAJAI	3.200,00
FREI MIGUEL COM. REP. LTDA	1.085,00
COAMO AGROIND. COOPERATIVA	6.675,00
FRIGORIFICO SÃO MIGUEL LTDA	3.600,00
SCHINCARIOL LOG. E DISTR. LTDA	10.215,50
FRIGOFORTE COM. DE CARNES LTDA	61.479,07
GUANABARA IND. QUIM. LTDA	227,98
DUCOCO ALIMENTOS SA	1.292,70
SHELBY IND DE CONSERVAS LTDA	5.040,00
PROD ALIMENTICIOS TRIANGULO LT	1.384,03
MULTIGRAIN SA 0020	1.380,00
NEILAR IND E COM DE ALIMENTOS	2.417,27
CENTURION PROD DE HIGIENE LTDA	779,16
DDT COMERCIAL DE ALIMENTOS LTD	800,00
SAS COM DE PROD P/CHURRASCO LT	177,00
OURIPLASTIC IND E COM PLAST LT	918,00
NATURYTHÁ IND E COM DE COSM LT	908,48
DIMAS DE MELO PIMENTA SIST. PONTO ACESSO	176,83
OUTROS FORNECEDORES	7.863,06
AUDICONSUL ASSESSORIA E SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA.	

Consolidação: Estabelecimento

Grau: 5

Encerrado em: 31/12/2007

COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A	7.863,06
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	340.348,46
BANCOS C/ EMPRÉSTIMOS	340.348,46
CAIXA ECON FEDERAL - SALDO NEG	22.933,46
BCO BRADESCO S/A - SALDO NEG	228.779,65
BCO. ITAÚ S/A - SALDO NEG. C/C	25.253,10
BCO DO BRASIL - SALDO NEG C/C	4.343,44
BCO BRADESCO - LIMITE CRÉDITO	30.000,00
UNIBANCO S/A - SALDO NEG C/C	4.623,34
CITIBANK S/A LIMITE DE CRÉDITO	24.415,47
OBRIGAÇÕES DIVERSAS	801,00
PRO-LABORE A PAGAR	801,00
PRO-LABORE A PAGAR	801,00
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	410.610,11
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	410.610,11
BANCOS C/ EMPRÉSTIMOS	380.054,53
BCO DO BRASIL S/A CAPITAL GIRO	24.563,95
CAIXA ECON FEDERAL EMPRÉSTIMO	272.157,20
BCO ITAÚ S/A - EMPR. CAP. GIRO	83.333,38
BANCOS C/ FINANCIAMENTOS	30.555,58
BCO BRADESCO S/A - 36 PARCELAS	30.555,58
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	50.575,36
CAPITAL REALIZADO	50.000,00
CAPITAL SOCIAL	50.000,00
CAPITAL SOCIAL NACIONAL	50.000,00
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	575,36
LUCRO DO EXERCÍCIO CORRENTE	575,36
LUCRO DO EXERCÍCIO CORRENTE	575,36
TOTAL DO PASSIVO	1.350.234,67

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial com base nas informações e na documentação apresentada, encerrado em 31/12/2007, somando tanto no Ativo como no Passivo, a importância de R\$ 1.350.234,67 (um milhão, trezentos e cinquenta mil, duzentos e trinta e quatro reais e sessenta e sete centavos)

ANEXO 2 – DRE (Demonstração do Resultado do Exercício)

Consolidação: Estabelecimento

Grau: 5

RECEITA OPERACIONAL BRUTA	4.569.570,54
REC. C/ VENDAS DE MERCADORIAS	4.569.570,54
REC. C/ VENDAS DE MERCADORIAS	4.569.570,54
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	703.512,57
(-) IMPOSTOS INC S/ RECEITAS	703.512,57
PIS FATURAMENTO	67.719,45
COFINS FATURAMENTO	311.923,05
ICMS	323.870,07
RECEITA LÍQUIDA	3.866.057,97
CUSTOS	2.439.999,74
CUSTOS DAS MERC. REVENDIDAS	2.439.999,74
EST INICIAL DE MERC P/ REVENDA	1.175.636,92
COMPRAS DE MERC. P/ REVENDA	2.647.123,14
(-) ICMS S/ COMPRAS DE MERC.	-154.189,77
(-) COFINS S/COMPRAS DE MERC	-162.961,71
(-) PIS S/ COMPRAS DE MERC.	-35.379,86
(-) DEV. DE COMPRAS DE MERC.	-32.417,24
(-) EST FINAL DE MERC P/ REV	-997.811,74
LUCRO BRUTO	1.426.058,23
DESPESAS OPERACIONAIS	1.205.894,96
DESPESAS C/ PESSOAL	560.635,18
PRO-LABORE	10.800,00
SALÁRIOS E ORDENADOS	302.139,80
13º SALÁRIO	26.927,81
FÉRIAS C/ + 1/3	36.711,94
ASSISTENCIA MÉDICA	499,47
SEGURO DE VIDA	1.994,24
VALE TRANSPORTE	42.566,94
SEGURANÇA E MEDIC. DO TRABALHO	1.219,26
INSS	103.995,56
FGTS	33.780,16
DESPESAS DE CONSUMO	6.123,24
DESP. C/ MAT. DE EXPEDIENTE	5.473,60
DESP. C/ AQUIS. IMOB. PQ VALOR	649,64
UTILIDADES E SERVIÇOS	169.084,24
DESP. C/ ÁGUA E ESGOTO	7.163,65
DESP. C/ ENERGIA ELÉTRICA	103.981,63
DESP. C/ TELEFONE/FAX/INTERNET	49.322,29
DESP. C/ SERV. PRESTADOS PJ	8.616,67
DESPESAS COM MANUTENÇÃO	20.158,29
DESP. C/ MANUT. DE VEÍCULOS	19.583,29
DESP. C/ MANUT. DE INSTALAÇÕES	575,00
DESPESAS C/ DEPR E AMORTIZAÇÃO	29.979,95
DESP. C/ DEPRECIAÇÕES	29.944,26
DESP. C/ AMORTIZAÇÕES	35,69
IMPOSTOS E TAXAS	60.017,62
DESP. C/ CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	269,69
DESP. C/ IPVA	2.325,87
DESP. C/ C.P.M.F.	44.521,81
DESP. C/ TAXAS DIVERSAS	12.900,25
OUTRAS DESP. ADMINISTRATIVAS	12.130,32

Consolidação: Estabelecimento

Grau: 5

Período: 01/2007 a 12/2007

DESP. C/ SEGUROS DIVERSOS	11.486,32
DESP. C/ JORNAIS E REVISTAS	644,00
DESPESAS GERAIS	256,00
DESP. C/ PROP. E PUBLICIDADES	256,00
RECEITAS FINANCEIRAS	2.766,91
RECEITAS FINANCEIRAS	2.766,91
DESCONTOS OBTIDOS	2.242,61
JUROS ATIVOS	523,06
REND. DE APLIC. FINANCEIRAS	0,23
VARIAÇÕES MONETÁRIAS ATIVAS	1,01
DESPESAS FINANCEIRAS	350.277,03
DESPESAS FINANCEIRAS	350.277,03
COMISSÕES E DESPESAS BANCÁRIAS	75.626,19
JUROS S/ FINANCIAMENTO	5.628,90
MULTAS E JUROS DE MORA	269.021,94
RESULTADO OPERACIONAL	220.163,27
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	6.381,98
VENDA DE BENS DO IMOBILIZADO	6.381,98
VENDA DE BENS DO IMOBILIZADO	6.381,98
RESULTADO ANTES DA PROVISÃO PARA A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	226.545,25
PROVISÃO P/ CSLL	20.389,07
PROVISÃO P/ CSLL	20.389,07
RESULTADO ANTES DA PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA	206.156,18
PROVISÃO P/ IRPJ	33.981,80
PROVISÃO P/ IRPJ	33.981,80
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	172.174,38

ANEXO 3 - BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Consolidação: Estabelecimento Grau: 5 Período: 01/2007 a 12/2007

Conta	Reduzida	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
1		ATIVO	1.327.836,45	30.332.550,42	30.310.152,20	1.350.234,67
11		ATIVO CIRCULANTE	1.211.424,82	29.242.764,97	29.195.022,25	1.259.167,54
1101		DISPONIBILIDADES	1.972,78	27.690.022,15	27.681.426,77	10.568,16
110101		CAIXA	1.863,19	13.132.940,77	13.126.868,02	7.935,94
1101010001	2-7	CAIXA GERAL	1.863,19	13.132.940,77	13.126.868,02	7.935,94
110102		BANCOS CONTA MOVIMENTO	109,59	14.557.081,38	14.554.558,75	2.632,22
1101020001	614-9	CAIXA ECON FEDERAL - C/C 497-2	0,00	2.694.006,67	2.694.006,67	0,00
1101020002	615-7	BCO BRADESCO S/A - C/C 32-9	0,00	4.912.387,97	4.912.387,97	0,00
1101020003	719-6	BCO ITAÚ S/A - C/C 17317-7	0,00	1.280.738,81	1.280.738,81	0,00
1101020004	737-4	BCO BRADESCO S/A - C/C 5.300-7	1,18	760.813,20	758.987,10	1.827,28
1101020005	738-2	BCO BRADESCO S/A - C/C 5.250-7	0,00	2.620.512,47	2.620.512,47	0,00
1101020006	791-9	UNIBANCO S/A - C/C 1017980	108,41	0,16	108,57	0,00
1101020007	822-2	BCO DO BRASIL S/A - C/C 7579-5	0,00	1.750.237,64	1.750.237,64	0,00
1101020008	884-2	BCO ITAÚ S/A - C/C 19.681-4	0,00	466.370,00	465.565,06	804,94
1101020009	935-0	UNIBANCO S/A - C/C 124949-1	0,00	47.598,99	47.598,99	0,00
1101020010	978-4	CITIBANK S/A - C/C 00020483198	0,00	24.415,47	24.415,47	0,00
1102		CRÉDITOS	33.815,12	1.276.826,82	1.059.854,30	250.787,64
110202		APLICAÇÕES FIN. RENDA VARIÁVEL	649,55	0,23	649,78	0,00
1102020001	739-0	BCO BRADESCO S/A - C/C 5.300-7	649,55	0,23	649,78	0,00
110207		CLIENTES DIVERSOS	22.304,03	97.082,81	111.790,69	7.596,15
1102070006	363-8	YOKI ALIMENTOS S/A	0,00	93,37	93,37	0,00
1102070016	401-4	DEYCON COM REPRES LTDA.	0,00	136,67	136,67	0,00
1102070029	478-2	O M DE ALMEIDA COMERCIAL	150,00	1.350,00	1.350,00	150,00
1102070031	480-4	PANDURATA ALIMENTOS LTDA	0,00	189,22	189,22	0,00
1102070039	512-6	FRIGELAR COM. E DIST S/A	0,00	195,38	195,38	0,00
1102070042	515-0	MITRA COOP DE CTBA	2.011,92	20.300,09	22.043,55	268,46
1102070043	516-9	CAFÉ DAMASCO S/A	0,00	384,04	384,04	0,00
1102070052	546-0	HIDRO BRASIL SERV HIDROJATO LT	848,72	2.556,65	3.190,00	215,37
1102070053	551-7	A P M ESC MUNIC. JHON KENNED	0,00	1.406,16	1.274,62	131,54
1102070056	555-0	IGREJA EV QUADRANGULAR	0,00	132,86	132,86	0,00
1102070058	566-5	ASSOC. B. ASSIST CRIANÇA CAREN	62,00	1.153,17	1.215,17	0,00
1102070065	578-9	LUA NOVA IND E COM. DE P. ALIM	0,00	48,86	48,86	0,00
1102070068	651-3	MERCANTIL ROMANA LTDA	0,00	63,52	63,52	0,00
1102070069	652-1	IGREJA PENTECOSTAL DEUS E AMOR	0,00	13,90	13,90	0,00
1102070079	706-4	FUNDEPAR COLEGIO FERREIRA COST	1.854,27	1.262,37	2.840,64	276,00
1102070080	713-7	NILSON MORAEL E CIA LTDA	15.126,00	51.000,00	66.126,00	0,00
1102070081	714-5	ITAMARATY IND E COM S/A	0,00	35,64	35,64	0,00
1102070082	715-3	IGREJA BATISTA RIO VERDE	0,00	456,94	456,94	0,00
1102070090	758-7	COMUNIDADE SÃO CLEMENTI	0,00	2.721,37	2.721,37	0,00
1102070092	760-9	CASA DE APOIO SETE ANJOS	0,00	89,42	89,42	0,00
1102070093	761-7	COMEC - COORD REG METROPOLITAN	0,00	205,80	205,80	0,00
1102070099	775-7	CONGREGAÇÃO CRISTÁ NO BRASIL	0,00	77,07	77,07	0,00
1102070100	776-5	CORPORAÇÃO DA UNIÃO SUL BRASIL	956,31	1.635,77	1.227,22	1.364,86
1102070104	794-3	ASS CRISTA DE ASSIST SOCIAL	0,00	370,05	228,21	141,84
1102070108	809-5	IGREJA EVANG QUADRANGULAR 1851	79,60	0,00	79,60	0,00
1102070109	812-5	CONGREGAÇÃO CRISTA NO BRASIL	29,68	0,00	29,68	0,00
1102070110	813-3	LAR ROGATE	99,16	0,00	99,16	0,00
1102070111	814-1	IGREJA BATISTA VIDA NOVA	88,35	0,00	88,35	0,00
1102070112	815-0	SECRETARIA DE ESTADO SEG. PUBL	32,22	0,00	32,22	0,00
1102070113	816-8	ASSOC BIBLICA E CULT IPIRANGA	965,80	2.325,58	3.291,38	0,00
1102070114	850-8	SECRETARIA DE EST. DA EDUCAÇÃO	0,00	7.242,31	2.478,09	4.764,22
1102070115	866-4	PREF. MUNICIPAL DE COLOMBO	0,00	784,95	784,95	0,00
1102070118	870-2	IGREJA EVANG. ASSEMB. DE DEUS	0,00	122,27	122,27	0,00
1102070119	886-9	CENTRO F URB RURAL IRMA ARAUJO	0,00	154,79	154,79	0,00
1102070120	942-3	EMPRESA IMOBIL. RIBAS MARTINS	0,00	74,32	0,00	74,32
1102070121	943-1	PARÓQUIA BOM PASTOR	0,00	500,27	290,73	209,54
110208		CARTÃO DE CRÉDITO A RECEBER	0,00	420.000,00	176.827,66	243.172,34
1102080001	980-6	CARTÃO MASTERCARD	0,00	202.715,20	88.296,50	114.418,70
1102080002	981-4	CARTÃO VISA	0,00	217.284,80	88.531,16	128.753,64
110225		IMPOSTOS A RECUPERAR	0,00	759.205,68	759.205,68	0,00
1102250004	6-0	IRPJ PGTO ESTIMATIVA	0,00	33.981,80	33.981,80	0,00
1102250005	7-8	CSLL PGTO ESTIMATIVA	0,00	20.389,07	20.389,07	0,00
1102250006	9-4	COFINS A RECUPERAR	0,00	311.923,05	311.923,05	0,00
1102250007	10-8	PIS A RECUPERAR	0,00	67.719,45	67.719,45	0,00
1102250008	937-7	INSS S/ SAL. MATERNIDADE	0,00	1.322,24	1.322,24	0,00
1102250010	202-0	ICMS A RECUPERAR	0,00	323.870,07	323.870,07	0,00
110226		TRIBUTOS FEDERAIS A COMPENSAR	10.861,54	538,10	11.380,49	19,15
1102260001	743-9	IRPJ PAGO INDEVIDAMENTE	7.094,02	0,00	7.094,02	0,00
1102260002	744-7	PIS PAGO INDEVIDAMENTE	385,36	18,14	385,36	18,14
1102260003	746-3	COFINS PAGO INDEVIDAMENTE	1.345,87	0,00	1.345,87	0,00
1102260010	745-5	JUROS S/ IMPOSTOS A COMPENSAR	2.036,29	519,96	2.555,24	1,01
1103		ESTOQUES	1.175.636,92	248.933,99	426.759,17	997.811,74
110301		ESTOQUES DE MERC. P/ REVENDA	1.175.636,92	248.933,99	426.759,17	997.811,74
1103010001	201-1	ESTOQUES DE MERC. P/ REVENDA	1.175.636,92	248.933,99	426.759,17	997.811,74
1105		DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	2.325,87	2.325,87	0,00

Consolidação: Estabelecimento Grau: 5 Período: 01/2007 a 12/2007

Conta	Reduzida	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
110501		IPVA A APROPRIAR	0,00	2.325,87	2.325,87	0,00
1105010001	848-6	IPVA	0,00	2.325,87	2.325,87	0,00
1111		ADIANTAMENTOS	0,00	24.656,14	24.656,14	0,00
111101		ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS	0,00	24.656,14	24.656,14	0,00
1111010002	12-4	ADIANTAMENTOS DE FÉRIAS	0,00	14.817,35	14.817,35	0,00
1111010003	13-2	ADIANTAMENTOS DE 13º SALÁRIO	0,00	9.838,79	9.838,79	0,00
12		REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	4.515,86	1.062.392,46	1.060.000,00	6.908,32
1204		OUTROS CRÉDITOS	4.515,86	1.062.392,46	1.060.000,00	6.908,32
120401		EMPRÉSTIMOS A SÓCIOS	0,00	1.060.000,00	1.060.000,00	0,00
1204010001	748-0	MARIA LUCIANE HARGER DA SILVA	0,00	1.060.000,00	1.060.000,00	0,00
120409		TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO	4.515,86	2.392,46	0,00	6.908,32
1204090001	721-8	BRADESCO CAPITALIZAÇÃO	4.215,86	1.819,28	0,00	6.035,14
1204090002	826-5	OUROCAP BANCO DO BRASIL	300,00	573,18	0,00	873,18
13		PERMANENTE	111.895,77	27.392,99	55.129,95	84.158,81
1302		IMOBILIZADO	111.895,77	27.392,99	55.129,95	84.158,81
130202		MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	10.460,00	11.409,76	0,00	21.869,76
1302020002	17-5	EQUIP. DE INFORMATICA	10.460,00	8.240,00	0,00	18.700,00
1302020004	19-1	EQUIP. ELÉTRICOS	0,00	3.169,76	0,00	3.169,76
130203		VEÍCULOS	195.266,65	7.977,73	25.150,00	178.094,38
1302030001	21-3	VEÍCULOS	195.266,65	0,00	25.150,00	170.116,65
1302030002	865-6	CONSÓRCIOS NÃO CONTEMPLADO	0,00	7.977,73	0,00	7.977,73
130205		INSTALAÇÕES	0,00	884,11	0,00	884,11
1302050001	24-8	INSTALAÇÕES DIVERSAS	0,00	884,11	0,00	884,11
130206		SOFTWARES	0,00	589,41	0,00	589,41
1302060001	29-9	SOFTWARES DIVERSOS	0,00	589,41	0,00	589,41
130215		(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA	-93.830,88	6.531,98	29.944,26	-117.243,16
1302150002	34-5	DEP. ACUM DE EQUIP INFORMATICA	-10.459,12	0,00	902,58	-11.361,70
1302150004	36-1	DEP. ACUM. DE EQUIP. ELÉTRICOS	0,00	0,00	176,09	-176,09
1302150006	38-8	DEP. ACUM. DE VEÍCULOS	-83.371,76	6.531,98	28.838,82	-105.678,60
1302150009	41-8	DEP. ACUM. DE INSTALAÇÕES	0,00	0,00	26,77	-26,77
130216		(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	0,00	0,00	35,69	-35,69
1302160001	43-4	AMORT. ACUM. DE SOFTWARES	0,00	0,00	35,69	-35,69

Consolidação: Estabelecimento Grau: 5 Período: 01/2007 a 12/2007

Conta	Reduzida	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
2		PASSIVO	1.327.836,45	9.159.082,87	9.181.481,09	1.350.234,67
21		PASSIVO CIRCULANTE	973.461,24	8.399.195,74	8.314.783,70	889.049,20
2101		ENCARGOS TRAB. E SOCIAIS	59.724,07	1.033.098,41	1.045.368,20	71.993,86
210101		OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	40.719,16	725.166,93	734.346,69	49.898,92
2101010001	45-0	SALÁRIOS A PAGAR	19.196,17	258.190,12	262.338,75	23.344,80
2101010002	46-9	13º SALÁRIO A PAGAR	0,00	8.402,48	8.402,48	0,00
2101010003	47-7	FÉRIAS A PAGAR	0,00	14.817,35	14.817,35	0,00
2101010004	48-5	RESC. DE CONTRATO A PAGAR	0,00	34.108,88	34.108,88	0,00
2101010007	51-5	PROV. DE 13º SALÁRIO A VENCER	0,00	130.799,03	130.799,03	0,00
2101010008	52-3	PROV. DE FÉRIAS A VENCER	21.522,99	278.849,07	283.880,20	26.554,12
210102		OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	19.004,91	307.931,48	311.021,51	22.094,94
2101020001	49-3	INSS A RECOLHER	8.365,94	130.631,65	131.697,45	9.431,74
2101020002	50-7	FGTS A RECOLHER	2.611,45	26.531,85	26.812,34	2.891,94
2101020004	53-1	ENC. INSS S/ PROV. DE 13º SAL.	0,00	37.606,42	37.606,42	0,00
2101020005	54-0	ENC. FGTS S/ PROV. DE 13º SAL.	0,00	10.444,99	10.444,99	0,00
2101020006	55-8	ENC. INSS S/ PROV. DE FÉRIAS	6.198,34	80.304,53	81.753,43	7.647,24
2101020007	56-6	ENC. FGTS S/ PROV. DE FÉRIAS	1.829,18	22.412,04	22.706,88	2.124,02
2102		OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	54.258,77	394.181,25	408.959,94	69.037,46
210201		IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	23,76	3.405,31	3.607,84	226,29
2102010009	63-9	ISS RETIDO A RECOLHER	0,00	45,60	120,20	74,60
2102010010	64-7	CONT. ASSIST. DESC. A RECOLHER	23,76	1.374,09	1.446,57	96,24
2102010011	65-5	CONT. CONF. DESC. A RECOLHER	0,00	791,56	791,56	0,00
2102010012	66-3	CONT. SIND. DESC. A RECOLHER	0,00	1.194,06	1.249,51	55,45
210202		IMPOSTOS A PAGAR	54.235,01	390.775,94	405.352,10	68.811,17
2102020001	68-0	IRPJ A PAGAR	5.138,87	36.091,13	33.981,80	3.029,54
2102020002	69-8	CSLL A PAGAR	3.083,32	21.654,66	20.389,07	1.817,73
2102020003	70-1	PIS A PAGAR	3.969,78	33.184,31	32.339,59	3.125,06
2102020004	71-0	COFINS A PAGAR	18.285,55	116.731,70	148.961,34	50.515,19
2102020009	204-6	ICMS A PAGAR	23.757,49	183.114,14	169.680,30	10.323,65
2103		PROVISÕES	0,00	54.370,87	54.370,87	0,00
210301		PROVISÕES DIVERSAS	0,00	54.370,87	54.370,87	0,00
2103010001	74-4	PROVISÃO P/ IMPOSTO DE RENDA	0,00	33.981,80	33.981,80	0,00
2103010002	75-2	PROVISÃO P/ CONT. SOCIAL	0,00	20.389,07	20.389,07	0,00
2105		FORNECEDORES	517.233,53	2.855.233,41	2.744.868,30	406.868,42
210501		FORNECEDORES DIVERSOS	517.233,53	2.764.291,95	2.646.063,78	399.005,36
2105010001	273-9	CAFE DAMASCO S/A	7.649,00	60.740,40	53.091,40	0,00
2105010002	274-7	USINA ALTO ALEGRE S/A	13.907,50	98.867,80	88.420,80	3.460,50
2105010005	276-3	BEL PALADAR IND COM ALIM LTDA	4.723,55	4.723,55	0,00	0,00
2105010008	280-1	SERRADOS E PAST.DE CELULOSE LT	0,00	4.404,00	5.920,00	1.516,00
2105010009	281-0	FESTPAN PROD P/PANIFICACAO LTD	0,00	1.634,11	3.297,85	1.663,74
2105010010	282-8	ANACONDA IND. E AGRIC. S/A	0,00	32.790,20	39.306,20	6.516,00
2105010014	286-0	SADIA S/A	7.437,42	11.158,35	3.720,93	0,00
2105010016	288-7	REPRESENTACOES COM.RONDON LTDA	0,00	625,05	1.312,65	687,60
2105010017	289-5	PIG COM.E REP.DE GEN.ALIMENT	0,00	4.659,90	4.659,90	0,00
2105010018	290-9	SOUZA CRUZ S/A	0,00	79.214,20	85.061,67	5.847,47
2105010019	291-7	PARATI S/A	332,35	2.133,87	4.160,72	2.359,20
2105010023	295-0	PERDIGAO AGROINDUSTRIAL S/A	0,00	4.978,35	6.423,75	1.445,40
2105010024	296-8	ROMANI S/A IND. E COM. DE SAL	0,00	6.349,80	7.937,25	1.587,45
2105010025	297-6	COOPERATIVA C. AGROP. SUDOESTE	4.611,77	25.979,24	23.239,47	1.872,00
2105010026	298-4	ZADIMEL IND. E COM. DE ALIM.LT	990,00	7.682,40	6.692,40	0,00
2105010027	299-2	AGRICOLA JANDELLE LTDA	0,00	19.859,40	19.859,40	0,00
2105010028	300-0	DAGRANJA AGROIND. LTDA	0,00	8.932,97	8.932,97	0,00
2105010029	301-8	SPAIPA S/A IND.BRAS.DE BEBIDAS	0,00	189.156,81	242.423,88	53.267,07
2105010031	303-4	BEIJA-FLOR IND.DE ALIMENTOS LT	0,00	0,00	1.359,80	1.359,80
2105010032	304-2	LIDER ALIMENTOS DO BRASIL LTDA	0,00	23.517,00	30.875,87	7.358,87
2105010034	306-9	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR	3.211,72	4.591,72	8.984,26	7.604,26
2105010035	307-7	MOINHO DO NORDESTE S/A	0,00	16.532,00	16.532,00	0,00
2105010036	308-5	ALDRI DIST.DE G ALIMENTOS LTDA	0,00	185,88	185,88	0,00
2105010037	309-3	DEYCON COM.E REPRESENTACOES LTD	203,02	17.956,52	21.283,69	3.530,19
2105010038	310-7	ROYALPAN DIST.DE ALIMENTOS LTD	0,00	334,78	334,78	0,00
2105010041	313-1	DORI ALIMENTOS LTDA	0,00	0,00	1.335,44	1.335,44
2105010043	315-8	JULIO STAMPA DIST.DE ALIM. LTD	6.586,49	15.471,22	14.742,37	5.857,64
2105010044	316-6	SUL QUIMICA LTDA	747,12	1.482,60	735,48	0,00
2105010046	318-2	COOPERATIVA JURITI	0,00	20.131,50	20.131,50	0,00
2105010047	319-0	PEDRO MUFFATO & CIA LTDA	15.297,35	34.103,62	21.125,56	2.319,29
2105010049	321-2	NESTLE BRASIL LTDA	929,85	4.199,04	3.543,93	274,74
2105010052	324-7	PIRAHY ALIMENTOS LTDA	0,00	1.299,25	1.299,25	0,00
2105010053	325-5	VIGOR S/A F. DE PROD. ALIMENTI	3.876,94	8.190,70	6.682,64	2.368,88
2105010055	327-1	USINA DE B DE LEITE LATCO LTDA	0,00	11.148,00	11.148,00	0,00
2105010057	329-8	ROLF REIKE T.IND.C AGRIC. LTDA	0,00	900,00	900,00	0,00
2105010063	335-2	IND. QUIMICAS MELYANE S/A	1.131,09	1.131,09	0,00	0,00
2105010065	337-9	GABARDO & TOSIN LTDA	0,00	2.143,75	2.143,75	0,00
2105010070	342-5	DUCHACORONA LTDA	0,00	3.717,21	3.717,21	0,00
2105010072	344-1	MERC.ROMANA IND. E COM. LTDA	2.823,05	2.823,05	0,00	0,00
2105010073	345-0	JOAQUIM OLIV. S/A PARTICIP.	0,00	1.069,50	1.069,50	0,00
2105010074	346-8	BEB.WILSON IND.COM. LTDA	0,00	1.437,57	3.923,49	2.485,92
2105010075	347-6	PARMALAT BRASIL S/A IN DE ALIM	0,00	2.359,04	2.359,04	0,00

Consolidação: Estabelecimento Grau: 5 Período: 01/2007 a 12/2007

Conta	Reduzida	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
2105010076	348-4	OESA COM. E REPRESNT. LTDA	0,00	2.184,62	2.184,62	0,00
2105010077	349-2	COOPERESTE COOP. REG. LTDA	4.944,00	139.214,64	143.255,80	8.985,16
2105010080	352-2	ARM. PR SANTA CATARINA LTDA	2.282,28	4.259,80	1.977,52	0,00
2105010084	356-5	LUA NOVA IND.COM.P. ALIM.LTDA	0,00	1.632,19	1.632,19	0,00
2105010086	368-9	COMERCIAL DESTRO LTDA	1.486,18	2.330,66	844,48	0,00
2105010087	369-7	PARANAJOHNN COM.MAT.LIMP.LTDA	0,00	675,60	675,60	0,00
2105010092	374-3	STIVAL ALIMENTOS IND.COM. LTDA	988,68	12.173,47	14.121,90	2.937,11
2105010093	375-1	PEPSICO DO BRASIL LTDA	1.515,04	5.290,13	3.775,09	0,00
2105010094	376-0	STELLA DORO ALIMENTOS LTDA	0,00	1.090,08	1.090,08	0,00
2105010095	377-8	JANDIRA COM.PROD. ALIMEN. LTDA	0,00	426,91	1.777,41	1.350,50
2105010098	380-8	INDUSTRIAS ANHEMBI S/A	0,00	5.743,70	5.743,70	0,00
2105010099	381-6	COM. DE CARNES TRADICAO LTDA	0,00	2.194,44	2.194,44	0,00
2105010102	384-0	CIPA IND.PROD. ALIMEN. LTDA	0,00	1.278,00	1.278,00	0,00
2105010103	385-9	TRES PORTOS S/A IND.PAPEL	0,00	0,00	2.991,48	2.991,48
2105010105	390-5	CONIEXPRESS S/A	0,00	5.885,24	7.750,80	1.865,56
2105010106	392-1	PASTIFICIO SELMI S/A	5.284,35	5.284,35	0,00	0,00
2105010109	395-6	YOKI ALIMENTOS S/A	0,00	182,73	182,73	0,00
2105010114	405-7	JAGUAFRANGOS IND. E COM. LTDA	5.331,80	39.577,80	36.484,20	2.238,20
2105010119	410-3	QUIMICA AMPARO LTDA	10.460,74	13.558,63	7.862,25	4.764,36
2105010120	411-1	PLASTHIGUI IND E COM. PLAST.LT	5.555,89	6.892,69	1.336,80	0,00
2105010122	413-8	PREDILECTA ALIMENTOS LTDA	0,00	2.312,83	3.543,46	1.230,63
2105010123	414-6	IND. COM.P. LIMPEZA G. SOL LTD	0,00	4.671,46	4.671,46	0,00
2105010125	416-2	COCAMAR COOP. AGROINDUSTRIAL	3.692,00	48.508,18	44.816,18	0,00
2105010126	417-0	USINA COLOMO S/A ACUCAR E ALCO	0,00	4.500,00	4.500,00	0,00
2105010127	418-9	PANDURATA ALIMENTOS LTDA	0,00	3.387,11	8.187,29	4.800,18
2105010129	420-0	SALUTE IMP. E EXP. LTDA	0,00	1.518,55	1.518,55	0,00
2105010131	422-7	FRANGO SEVA LTDA	0,00	7.966,80	7.966,80	0,00
2105010134	425-1	IMCOPA IMP. EXP.IND DE OLEOS L	7.500,00	44.655,00	37.155,00	0,00
2105010135	426-0	MOINHO GLOBO IND. E COM. LTDA	1.429,90	2.534,40	1.104,50	0,00
2105010136	427-8	DSP DIST. SUL PARANA LTDA	20.890,04	32.544,88	11.654,84	0,00
2105010139	430-8	VIDA ALIMENTOS LTDA	0,00	942,50	942,50	0,00
2105010140	431-6	UNILEVER BESTFOODS B. LTDA	0,00	20.878,45	22.442,98	1.564,53
2105010141	432-4	BRETZKE ALIMENTOS LTDA	0,00	6.361,78	6.361,78	0,00
2105010147	438-3	CHOCOLATES GAROTO S.A 0020	4.235,80	4.235,80	0,00	0,00
2105010148	439-1	USINA ITAIQUARA S/A 0006	0,00	2.166,64	2.166,64	0,00
2105010151	442-1	FRIGELAR MOTO REFRIG LTDA 0003	0,00	3.819,40	3.819,40	0,00
2105010153	444-8	CARGILL AGRÍCOLA S.A 0066	0,00	29.151,50	29.151,50	0,00
2105010158	449-9	FRIGO FORTE COM DE CARNES LTDA	6.021,56	28.010,59	22.552,23	563,20
2105010160	451-0	COOP SANTA CLARA LTDA 0002	0,00	22.050,00	22.050,00	0,00
2105010161	452-9	CRIVALLI CLEAN DO BRASIL LTDA.	1.415,71	1.415,71	0,00	0,00
2105010162	453-7	BATAVO S/A IND DE ALIMENTOS.	0,00	2.505,39	4.761,44	2.256,05
2105010165	456-1	FELIPE LORENZZI GODINHO	1.316,00	3.579,80	2.263,80	0,00
2105010173	470-7	APTI ALIMENTOS LTDA	0,00	1.269,24	1.269,24	0,00
2105010176	473-1	ONIZ DISTRIBUIDORA LTDA	0,00	2.763,91	2.763,91	0,00
2105010177	474-0	IRMAOS BOCCHI & CIA LTDA	756,91	2.223,83	1.466,92	0,00
2105010180	483-9	CAHDAM VOLTA GRANDE S/A	0,00	3.926,85	5.739,30	1.812,45
2105010183	486-3	MARTINS COM E SERV DISTR S/A	7.709,55	7.709,55	0,00	0,00
2105010186	489-8	ADV COM. E DISTR. LTDA	1.610,05	1.610,05	0,00	0,00
2105010188	491-0	INCOTRIL IND CONS TREZE TILIAS	0,00	1.848,06	1.848,06	0,00
2105010189	492-8	TRIUNFANTE PARANA ALIM LTDA	6.000,65	11.713,67	28.617,51	22.904,49
2105010190	493-6	ADV COM E DISTRIBUIÇÃO LTDA	0,00	1.404,05	1.404,05	0,00
2105010191	494-4	IND E COMERCIO OLIVEIRA LTDA	0,00	709,42	709,42	0,00
2105010192	495-2	ATACADAO DIST COM E IND LTDA	5.235,45	25.547,28	26.398,47	6.086,64
2105010193	496-0	REALENGO ALIMENTOS LTDA	1.866,23	66.344,71	64.478,48	0,00
2105010195	498-7	COOP RE COM.EXT. OESTE LTDA	0,00	7.890,00	7.890,00	0,00
2105010198	501-0	BRASFRIO S/A	0,00	2.227,92	2.227,92	0,00
2105010199	502-9	TEM FESTA PRODUTOS LTDA	0,00	1.578,55	1.578,55	0,00
2105010200	503-7	ABATEDOURO COROAVES LTDA	0,00	430,00	430,00	0,00
2105010206	523-1	BRILHOPAN DIST GEN ALIMENT LT	0,00	29.966,20	32.020,40	2.054,20
2105010207	524-0	PADEIRÃO PROD ALIMENT LTDA	0,00	102,70	102,70	0,00
2105010208	525-8	BOARETTO IND DE ALIMT LTDA	0,00	3.792,00	3.792,00	0,00
2105010211	533-9	MOINHOS UNIDOS BRASIL M S/A	0,00	2.213,43	2.213,43	0,00
2105010212	534-7	NUTRELA ALIMENTOS S/A	0,00	2.126,47	2.215,44	88,97
2105010213	535-5	PINDUCA IND ALIMENTICIA LTDA	0,00	1.894,23	1.894,23	0,00
2105010214	537-1	COALA ESS AROMATICAS LTDA	0,00	469,36	469,36	0,00
2105010216	539-8	ITAMARATY IND E COM. S/A	0,00	22.175,41	26.342,56	4.167,15
2105010222	545-2	DDL COMERCIAL LTDA	354,20	354,20	0,00	0,00
2105010224	548-7	IRMÃOS MUFFATO & CIA LTDA	0,00	267,00	267,00	0,00
2105010226	550-9	FERRERO DO BRASIL IND D ALIM.	4.602,38	4.602,38	0,00	0,00
2105010227	554-1	R.J.U COM E BENEFR FRUTAS E VER	0,00	792,00	792,00	0,00
2105010229	557-6	ALIMENTOS ZAELI LTDA	97,08	2.016,50	2.882,50	963,08
2105010230	558-4	FRIGORIFICO RAINHA DA PAZ LTDA	0,00	38.410,96	38.410,96	0,00
2105010231	559-2	ARCOM S/A	0,00	575,70	575,70	0,00
2105010234	562-2	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR	0,00	1.328,00	1.328,00	0,00
2105010235	563-0	ALFAMA DIST DE PROD. ALIMENTIC	0,00	2.901,19	3.671,68	770,49
2105010238	571-1	THI BOBINAS E ETIQUETAS LTDA	0,00	3.402,00	3.402,00	0,00
2105010239	572-0	KIMILAN COM. DE PROD. LIMPEZA	0,00	0,00	1.122,00	1.122,00
2105010246	583-5	COOP CENTRAL AGR. SUDOESTE	0,00	3.938,50	3.938,50	0,00
2105010249	586-0	DISJOI DIST E LOGISTICA LTDA	0,00	0,00	6.731,61	6.731,61
2105010250	587-8	LACTICINIOS TIROL LTDA	0,00	9.287,70	16.269,70	6.982,00
2105010252	589-4	MUNDO DOS CEREALIS ALIMENTOS LT	558,00	9.856,00	10.051,00	753,00
2105010255	592-4	FORTESUL DIST DE ALIMENTOS LTD	0,00	1.619,78	3.063,46	1.443,68
2105010257	594-0	ROMANHA IND DE ALIM. LTDA	0,00	2.745,73	2.745,73	0,00
2105010258	595-9	VINICOLA CAMPO LARGO S/A	0,00	8.925,59	15.216,56	6.290,97
2105010259	596-7	FAMA PESCA LTDA	0,00	1.188,00	1.188,00	0,00
2105010272	611-4	SEARA COM. PROD. AGROPEC. LTDA	2.705,00	9.710,00	9.522,86	2.517,86
2105010274	613-0	DIST MULLER COM. REP. LTDA	711,77	711,77	0,00	0,00
2105010302	647-5	CREDEAL MANUF PAPEIS LTDA	0,00	577,66	577,66	0,00

Consolidação: Estabelecimento Grau: 5 Período: 01/2007 a 12/2007

Conta	Reduzida	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
2105010305	650-5	LA VALLE DO BRASIL LTDA	0,00	2.286,20	8.635,09	6.348,89
2105010306	654-8	DA ILHA COM. DE ALCOOL LTDA	0,00	763,98	2.527,01	1.763,03
2105010308	656-4	SANCAR BRASIL PROD. ALIM.LTDA	0,00	443,25	443,25	0,00
2105010309	657-2	MOCOCA S/A PROD. ALIMENT.	0,00	6.902,77	6.902,77	0,00
2105010311	659-9	COMÉRCIO DE ARMARINHOS JKL LTD	0,00	2.116,10	2.116,10	0,00
2105010315	663-7	REFLEXA COM. DE MANUFAT. LTDA	0,00	27.367,31	30.847,47	3.480,16
2105010321	671-8	FRIGORIFICO FRIGOPRATA LTDA	0,00	5.434,65	5.434,65	0,00
2105010322	672-6	GUIMARAES FILHOS & CIA LTDA	0,00	90,00	90,00	0,00
2105010333	683-1	CBN DIST PROD ALIM. LOGISTICA	0,00	0,00	2.904,48	2.904,48
2105010334	684-0	M AGOSTINI S/A	0,00	934,20	934,20	0,00
2105010338	689-0	BEBIDAS ASTECA LTDA	0,00	1.523,20	1.523,20	0,00
2105010343	694-7	COOP CENTRAL OESTE CATARINENSE	2.021,80	7.384,68	9.803,85	4.440,97
2105010344	696-3	COOP. AGROP. PETRÓPOLIS LTDA	0,00	26.386,84	26.739,40	352,56
2105010345	697-1	CIA DE BEBIDAS AMERICAS - 0094	6.176,00	73.508,79	72.943,32	5.610,53
2105010346	698-0	IRMÃOS RUIVO LTDA.	0,00	1.766,12	1.766,12	0,00
2105010348	700-5	RP INFORMATICA LTDA	0,00	1.328,28	1.328,28	0,00
2105010351	708-0	L. VIEIRA & CIA LTDA	0,00	702,48	702,48	0,00
2105010353	710-2	JADE IMPORT EXPORT MANUF LTDA	0,00	145,20	145,20	0,00
2105010354	711-0	COPAEL COM E REPRES PAPEL LTD	0,00	584,75	758,29	173,54
2105010355	712-9	FABRIPÃO ALIMENTOS LTDA	0,00	4.215,45	4.215,45	0,00
2105010356	716-1	BEBIDAS KOLLER LTDA	0,00	425,40	425,40	0,00
2105010357	717-0	DA BARRA ALIMENTOS LTDA	961,82	961,82	4.576,25	4.576,25
2105010363	730-7	MOINHO SÃO LUIZ LTDA	0,00	6.192,00	7.800,00	1.608,00
2105010366	733-1	JULIO CESAR COLEGARO	0,00	0,00	999,80	999,80
2105010368	752-8	ESEDL COM DE PROD ALIMENT LTDA	0,00	2.638,27	2.638,27	0,00
2105010369	753-6	ARROJITO COM DE ALIMENTOS LTDA	0,00	1.728,52	3.953,72	2.225,20
2105010371	755-2	PAULO AFONSO MIRANDA	172,30	553,10	380,80	0,00
2105010372	756-0	MUSSEL COM DE ALIMENTOS LTDA	0,00	481,66	481,66	0,00
2105010374	762-5	FRIGO OURO COM DE ALIMENTOS LT	7.753,75	25.812,29	18.058,54	0,00
2105010375	763-3	FELINA DIST. DE ALIMENTOS LTDA	194,43	194,43	0,00	0,00
2105010376	764-1	AJ COMERCIO DE BEBIDAS LTDA	2.781,00	2.781,00	0,00	0,00
2105010377	765-0	BRONDANI & CECINI LTDA	0,00	2.130,50	2.130,50	0,00
2105010378	766-8	AVES ALIANÇA PROD E COMERC LTD	2.695,00	42.601,00	39.906,00	0,00
2105010379	767-6	LA-NO-LUNA COM DE ALIMENTOS LT	0,00	365,04	365,04	0,00
2105010385	781-1	BELGA - IND. QUÍMICAS LTDA	0,00	214,40	214,40	0,00
2105010388	785-4	AGROMAZA IND E COM DE CEREAIS	0,00	26.709,00	26.709,00	0,00
2105010389	786-2	OFIR ALIMENTOS LTDA	0,00	98,90	98,90	0,00
2105010391	788-9	UNILEVER BRASIL LTDA 0022	0,00	5.124,30	8.373,54	3.249,24
2105010394	795-1	H2O COM DE PROD HIG E COSM LTD	0,00	669,33	669,33	0,00
2105010395	796-0	PITOLI UD LTDA	1.249,01	1.249,01	1.580,37	1.580,37
2105010396	797-8	ODEBRECRT COM E IND DE CAFÉ LT	0,00	2.437,00	2.437,00	0,00
2105010397	798-6	MIG FRIGORÍFICO LTDA	0,00	2.118,54	2.118,54	0,00
2105010399	803-6	FRIGOSUL IND SUL BRAS CARNES L	0,00	5.348,67	5.741,67	393,00
2105010400	804-4	EMPRESA DE ÁGUAS OURO FINO0006	123,00	1.626,48	1.503,48	0,00
2105010401	805-2	DIMEDEIROS DIST DE ALIM LTDA	560,24	5.138,82	6.104,57	1.525,99
2105010402	806-0	JN ATACADISTA E DIST LTDA	0,00	0,00	3.118,20	3.118,20
2105010404	808-7	LABORATÓRIO INDL VIDA E SAUDE	768,72	768,72	0,00	0,00
2105010405	810-9	MOINHO DE TRIGO ARAPONGAS S/A	8.822,94	8.822,94	0,00	0,00
2105010406	811-7	FORÇA DE VENDAS IMP EXP PROD L	2.438,06	2.438,06	0,00	0,00
2105010407	817-6	CEREALISTA SUPERIOR LTDA	0,00	6.300,00	6.300,00	0,00
2105010408	818-4	MILI S/A	0,00	4.066,53	6.265,30	2.198,77
2105010409	819-2	INSOL INTERTRADING BRASIL SA	0,00	681,00	681,00	0,00
2105010410	827-3	PROCTER & GAMBLE IND. E COM. L	0,00	6.864,97	8.379,69	1.514,72
2105010411	828-1	A.C. COM. E EXP. LTDA	0,00	3.553,91	3.553,91	0,00
2105010412	829-0	GRANJEIRO ALIM. LTDA	0,00	30.527,00	33.501,00	2.974,00
2105010414	832-0	COM. E DISTR. DE FRIOS SOL LTD	0,00	4.251,04	4.491,07	240,03
2105010415	833-8	BONATELLE IND COM. PROD. ALIM.	0,00	159,06	159,06	0,00
2105010416	834-6	VIVA BRASIL DISTRIBUIDORA	0,00	1.222,74	1.222,74	0,00
2105010417	835-4	PAPEIS TORONTO LTDA	0,00	4.696,00	4.696,00	0,00
2105010418	836-2	COMERCIAL BARAGUSSO LTDA	0,00	822,69	822,69	0,00
2105010419	837-0	E. PEREIRA & M. LOPES LTDA	0,00	822,86	1.296,85	473,99
2105010421	839-7	J. C. A. IND. COM. DE PÃES LTD	0,00	466,40	466,40	0,00
2105010422	840-0	LC FONSECA & CIA LTDA	0,00	990,00	1.290,00	300,00
2105010423	841-9	FRUTICOLA SHANGRILA LTDA	0,00	1.083,00	1.463,00	380,00
2105010424	842-7	BER MAN DIST. ART. PAP. LTDA	0,00	3.369,36	4.355,99	986,63
2105010425	843-5	BANAMARQUES CLIMAT. E HORT.	0,00	181,67	181,67	0,00
2105010426	844-3	CHC IND DE PANIFICAÇÃO LTDA	0,00	104,00	104,00	0,00
2105010427	845-1	FEGUSPAM COMERCIAL LTDA	0,00	1.501,88	1.633,96	132,08
2105010428	846-0	DISTRIBUIDOR AUTOMOTIVA LTDA	0,00	590,00	590,00	0,00
2105010430	851-6	CEREALISTA GUZZO LTDA	0,00	2.802,50	2.802,50	0,00
2105010431	852-4	FONSECA COM. DE HORT. LTDA	0,00	5.180,00	6.800,00	1.620,00
2105010432	853-2	FLORATAPLUS IND COM COSM LTDA	0,00	1.368,00	2.070,00	702,00
2105010433	854-0	JR SCOPARO & SCOPARO LTDA	0,00	7.302,71	8.188,50	885,79
2105010434	855-9	FRIGOMAR FRIGORIFICO LTDA	0,00	3.772,48	3.772,48	0,00
2105010435	856-7	JANDON EMPORT COM IMP EXP LTDA	0,00	1.998,05	1.998,05	0,00
2105010436	857-5	MEGA ELABORAÇÃO DE PÃES LTDA	0,00	427,60	427,60	0,00
2105010437	858-3	DE CASTRO COM FRIOS LATIC LTDA	0,00	310,00	310,00	0,00
2105010438	859-1	ALUMÍNIO GENIAL LTDA	0,00	6.861,21	7.509,92	648,71
2105010439	868-0	FRIGORÍFICO C.J. COMERCIO LTDA	0,00	26.323,00	26.323,00	0,00
2105010440	871-0	REGIASUL COM. DE COSM. LTDA	0,00	749,54	749,54	0,00
2105010441	872-9	HORTIGR. RIO SAGRADO LTDA	0,00	234,21	475,00	240,79
2105010444	875-3	FABIO ZANETTI AGUIAR	0,00	0,00	400,00	400,00
2105010445	876-1	PRODUMIX COM. DE RAÇÕES LTDA	0,00	3.140,00	4.411,00	1.271,00
2105010446	877-0	LOPES DISTR. DE CARNES LTDA	0,00	398,90	398,90	0,00
2105010447	878-8	JAIR LUIS PIÓCKOSKI	0,00	4.023,38	4.023,38	0,00
2105010448	879-6	IMPERMEZZO IMPERMEABILIZ. LTDA	0,00	887,72	4.596,72	3.709,00
2105010449	880-0	SIVIL ALIM. IND. E COM. LTDA	0,00	1.020,00	1.020,00	0,00
2105010450	881-8	DISTR CRISTAL COM CANETAS LTDA	0,00	2.197,12	2.197,12	0,00

Consolidação: Estabelecimento Grau: 5 Período: 01/2007 a 12/2007

Conta	Reduzida	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
2105010451	882-6	TIM CELULAR S/A	0,00	2.318,80	2.318,80	0,00
2105010452	883-4	CEDRO COMERCIAL DE ALIM. LTDA	0,00	23.213,80	25.346,30	2.132,50
2105010454	888-5	ADRIA ALIMENTOS DO BRASIL LTDA	0,00	39,41	39,41	0,00
2105010456	890-7	ANA CAROLINA M. DE OLIVEIRA	0,00	973,84	973,84	0,00
2105010457	891-5	COROL COOP. AGROINDUSTRIAL	0,00	1.600,00	1.600,00	0,00
2105010458	892-3	GALO DISTR. DE ALIM. LTDA	0,00	22.679,26	22.679,26	0,00
2105010460	894-0	SAVON IND. COM. IMP. EXP. LTDA	0,00	2.542,32	2.542,32	0,00
2105010462	896-6	USINA BENEF. LEITE LATCO LTDA	0,00	565,82	565,82	0,00
2105010463	897-4	CIAL ARROBA DE ALIMENTOS LTDA	0,00	879,45	879,45	0,00
2105010464	898-2	CER. FEIJÃO C/ARROZ GARUVENSE	0,00	5.400,00	5.400,00	0,00
2105010465	899-0	ADENIR CUSTÓDIO DA SILVA	0,00	10.448,50	11.873,50	1.425,00
2105010466	900-8	FLORA PROD DE HIG E LIMP. LTDA	0,00	1.767,07	1.767,07	0,00
2105010468	903-2	SUCOS DO BRASIL LTDA	0,00	10.613,33	21.680,00	11.066,67
2105010471	906-7	FELIZ IND. COM. PLAST. AGRIC.	0,00	2.864,50	2.864,50	0,00
2105010472	907-5	BOMBRIIL S/A	0,00	3.455,59	4.457,78	1.002,19
2105010473	908-3	PAVILOCHE ALIMENTOS LTDA	0,00	4.144,66	5.630,20	1.485,54
2105010474	909-1	FORTUNE LIGHT IMP. E EXP. LTDA	0,00	669,60	669,60	0,00
2105010476	911-3	PINHEIRAL IND. DE BEB. LTDA	0,00	241,65	911,11	669,46
2105010477	912-1	GDM CONSERVAS LTDA	0,00	0,00	1.487,25	1.487,25
2105010478	913-0	COOP REG AGROP VALE DO ITAJAI	0,00	13.006,00	16.206,00	3.200,00
2105010479	914-8	FREI MIGUEL COM. REP. LTDA	0,00	2.232,82	3.317,82	1.085,00
2105010480	915-6	MU-MU ALIMENTOS LTDA	0,00	51.197,40	51.197,40	0,00
2105010481	916-4	COAMO AGROIND. COOPERATIVA	0,00	25.841,35	32.516,35	6.675,00
2105010482	917-2	FRIGORIFICO SÃO MIGUEL LTDA	0,00	3.520,60	7.120,60	3.600,00
2105010483	918-0	COMERCIAL AUTOMOTIVA LTDA	0,00	6.939,39	6.939,39	0,00
2105010484	919-9	SCHINCARIOL LOG. E DISTR. LTDA	0,00	20.904,87	31.120,37	10.215,50
2105010487	922-9	DISTR. CAVALLI DE CARNES LTDA	0,00	454,72	454,72	0,00
2105010488	923-7	MEKTOYS IND. COM. BRINQ. LTDA	0,00	246,96	246,96	0,00
2105010489	924-5	ALIMENTOS DA NATUREZA LTDA	0,00	421,00	421,00	0,00
2105010490	925-3	FRIGOFORTE COM. DE CARNES LTDA	0,00	156.557,50	218.036,57	61.479,07
2105010492	927-0	TRAFICK COM. PROD. HIG. LTDA	0,00	1.642,59	1.642,59	0,00
2105010493	928-8	ADALBERTO SIDNEY MARIANI	0,00	4.300,00	4.300,00	0,00
2105010494	929-6	ERVATERIA REGINA LTDA	0,00	184,00	184,00	0,00
2105010495	930-0	COML. ALIM. IRMÃOS ALVES LTDA	0,00	1.050,00	1.050,00	0,00
2105010496	931-8	SULSANTOS COM. ALIM. LTDA	0,00	1.265,76	1.265,76	0,00
2105010498	933-4	USINA CERRADINHO S/A	0,00	4.170,00	4.170,00	0,00
2105010499	934-2	GUANABARA IND. QUIM. LTDA	0,00	1.276,64	1.504,62	227,98
2105010501	939-3	FRIGORÍFICO ARGUS LTDA	0,00	25.375,15	25.375,15	0,00
2105010502	940-7	LONDRISAUDE PROD. ALIM. LTDA	0,00	352,50	352,50	0,00
2105010503	941-5	IND. DE ALIM. ASCURRA LTDA	0,00	764,00	764,00	0,00
2105010504	945-8	DUCOCO ALIMENTOS SA	0,00	3.247,34	4.540,04	1.292,70
2105010505	946-6	SHELBY IND DE CONSERVAS LTDA	0,00	0,00	5.040,00	5.040,00
2105010506	947-4	PROD ALIMENTICIOS TRIANGULO LT	0,00	0,00	1.384,03	1.384,03
2105010507	948-2	MULTIGRAIN SA 0020	0,00	3.745,00	5.125,00	1.380,00
2105010509	950-4	NEILAR IND E COM DE ALIMENTOS	0,00	0,00	2.417,27	2.417,27
2105010510	951-2	CENTURION PROD DE HIGIENE LTDA	0,00	0,00	779,16	779,16
2105010511	952-0	DDT COMERCIAL DE ALIMENTOS LTD	0,00	274,30	1.074,30	800,00
2105010512	953-9	SAS COM DE PROD P/CHURRASCO LT	0,00	1.039,25	1.216,25	177,00
2105010513	954-7	OURIPLASTIC IND E COM PLAST LT	0,00	256,00	1.174,00	918,00
2105010516	957-1	NATURYTHÁ IND E COM DE COSM LT	0,00	603,05	1.511,53	908,48
2105010517	959-8	BOFE DISTR. DE ALIM. LTDA	0,00	928,26	928,26	0,00
2105010518	960-1	COOPERUNIAO FRIG. LA TRACUTINGA	0,00	5.137,50	5.137,50	0,00
2105010519	961-0	VICTÓRIA IND. E COM. DE ALIM. LTDA	0,00	304,24	304,24	0,00
2105010520	962-8	DIMAS DE MELO PIMENTA SIST. PONTO ACESSO	0,00	1.296,69	1.473,52	176,83
2105010521	963-6	SIPOM ADM. E PARTIC. LTDA.	0,00	1.101,35	1.101,35	0,00
2105010522	964-4	COM. CEREAIS LONGARETE LTDA	0,00	760,20	760,20	0,00
2105010523	965-2	RYCOSUL DISTR. DE PROD. ALIM. LTDA	0,00	1.560,00	1.560,00	0,00
2105010524	966-0	CEREAIS TREZE LTDA	0,00	2.500,00	2.500,00	0,00
2105010525	967-9	CRISTIANE LUMI FUKINO	0,00	1.236,42	1.236,42	0,00
2105010526	968-7	COM. DE EMB. LAGOA SERENA LTDA	0,00	152,00	152,00	0,00
2105010527	969-5	SASSE ALIMENTOS LTDA	0,00	980,46	980,46	0,00
2105010528	970-9	DISTRIBUIDORA E REPRESENTAÇÕES LTDA	0,00	135,60	135,60	0,00
2105010529	971-7	INDÚSTRIA LUKY LTDA	0,00	546,00	546,00	0,00
2105010530	972-5	MINASÇUCAR S/A	0,00	638,80	638,80	0,00
2105010531	973-3	ANDIJU ALIMENTOS LTDA	0,00	1.450,00	1.450,00	0,00
2105010532	974-1	VECODIL COM. DE VEICULOS LTDA	0,00	291,80	291,80	0,00
2105010533	975-0	SPEEDEE DISTR. DE ALIMENTOS LTDA	0,00	117,42	117,42	0,00
2105010534	976-8	SIOL GOIAS IND. DE ALIM. LTDA	0,00	3.937,80	3.937,80	0,00
2105010535	977-6	SRC DISTRIBUIDORA LTDA	0,00	312,20	312,20	0,00
2105010999	830-3	OUTROS FORNECEDORES	289.500,00	289.500,00	0,00	0,00
210502		OUTROS FORNECEDORES	0,00	90.941,46	98.804,52	7.863,06
2105020003	820-6	COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A	0,00	87.645,26	95.508,32	7.863,06
2105020004	849-4	TRANSP N. SRA. CARAVAGGIO LTDA	0,00	3.296,20	3.296,20	0,00
2110		EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	341.443,87	4.052.699,80	4.051.604,39	340.348,46
211001		BANCOS C/ EMPRÉSTIMOS	341.443,87	4.052.699,80	4.051.604,39	340.348,46
2110010001	616-5	CAIXA ECON FEDERAL - SALDO NEG	63.996,86	477.900,59	436.837,19	22.933,46
2110010002	617-3	BCO BRADESCO S/A - SALDO NEG	223.058,48	2.863.055,10	2.868.776,27	228.779,65
2110010004	740-4	BCO. ITAÚ S/A - SALDO NEG. C/C	49.430,97	587.352,47	563.174,60	25.253,10
2110010005	825-7	BCO DO BRASIL - SALDO NEG C/C	4.957,56	88.315,99	87.701,87	4.343,44
2110010006	861-3	BCO BRADESCO - LIMITE CRÉDITO	0,00	0,00	30.000,00	30.000,00
2110010007	936-9	UNIBANCO S/A - SALDO NEG C/C	0,00	36.075,65	40.698,99	4.623,34
2110010008	979-2	CITIBANK S/A LIMITE DE CRÉDITO	0,00	0,00	24.415,47	24.415,47

Consolidação: Estabelecimento Grau: 5 Período: 01/2007 a 12/2007

Conta	Reduzida	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
2112		OBRIGAÇÕES DIVERSAS	801,00	9.612,00	9.612,00	801,00
211201		PRO-LABORE A PAGAR	801,00	9.612,00	9.612,00	801,00
2112010001	76-0	PRO-LABORE A PAGAR	801,00	9.612,00	9.612,00	801,00
22		EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	300.974,23	584.733,91	694.369,79	410.610,11
2201		EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	300.974,23	584.733,91	694.369,79	410.610,11
220101		BANCOS C/ EMPRÉSTIMOS	286.213,68	548.974,75	642.815,60	380.054,53
2201010002	821-4	CAIXA ECON FEDERAL GIROCAIXA	221.666,67	244.112,46	22.445,79	0,00
2201010003	823-0	BCO DO BRASIL S/A CAPITAL GIRO	64.547,01	52.983,06	13.000,00	24.563,95
2201010004	863-0	CAIXA ECON FEDERAL EMPRÉSTIMO	0,00	0,00	272.157,20	272.157,20
2201010005	864-8	TRIBANCO S/A - EMPRÉSTIMO	0,00	120.000,00	120.000,00	0,00
2201010006	885-0	BCO ITAÚ S/A - EMPR. CAP. GIRO	0,00	131.879,23	215.212,61	83.333,38
220102		BANCOS C/ FINANCIAMENTOS	14.760,55	35.759,16	51.554,19	30.555,58
2201020002	783-8	BCO BRADESCO S/A - 18 PARCELAS	14.760,55	17.052,31	2.291,76	0,00
2201020003	860-5	BCO BRADESCO S/A - 36 PARCELAS	0,00	18.706,85	49.262,43	30.555,58
24		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	53.400,98	175.153,22	172.327,60	50.575,36
2401		CAPITAL REALIZADO	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
240101		CAPITAL SOCIAL	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
2401010001	82-5	CAPITAL SOCIAL NACIONAL	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
2406		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	3.400,98	175.153,22	172.327,60	575,36
240601		LUCRO DO EXERCÍCIO CORRENTE	153,22	171.752,24	172.174,38	575,36
2406010001	86-8	LUCRO DO EXERCÍCIO CORRENTE	153,22	171.752,24	172.174,38	575,36
240603		LUCRO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.247,76	3.400,98	153,22	0,00
2406030001	88-4	LUCRO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.247,76	3.400,98	153,22	0,00

Consolidação: Estabelecimento		Grau: 5	Período: 01/2007 a 12/2007			
Conta	Reduzida	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
3		RESULTADO DE EXERCÍCIO	0,00	18.901.012,01	18.901.012,01	0,00
31		RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	0,00	5.273.083,11	5.273.083,11	0,00
3101		RECEITA OPERACIONAL BRUTA	0,00	4.569.570,54	4.569.570,54	0,00
310102		REC. C/ VENDAS DE MERCADORIAS	0,00	4.569.570,54	4.569.570,54	0,00
3101020001	206-2	REC. C/ VENDAS DE MERCADORIAS	0,00	4.569.570,54	4.569.570,54	0,00
3102		(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	703.512,57	703.512,57	0,00
310201		(-) IMPOSTOS INC S/ RECEITAS	0,00	703.512,57	703.512,57	0,00
3102010001	93-0	PIS FATURAMENTO	0,00	67.719,45	67.719,45	0,00
3102010002	94-9	COFINS FATURAMENTO	0,00	311.923,05	311.923,05	0,00
3102010005	207-0	ICMS	0,00	323.870,07	323.870,07	0,00
32		CUSTOS	0,00	5.632.279,55	5.632.279,55	0,00
3201		CUSTO PROD MERC E SERV REVEND.	0,00	5.632.279,55	5.632.279,55	0,00
320102		CUSTOS DAS MERC. REVENDIDAS	0,00	5.632.279,55	5.632.279,55	0,00
3201020001	208-9	EST INICIAL DE MERC P/ REVENDA	0,00	1.175.636,92	1.175.636,92	0,00
3201020002	209-7	COMPRAS DE MERC. P/ REVENDA	0,00	2.647.123,14	2.647.123,14	0,00
3201020006	211-9	(-) ICMS S/ COMPRAS DE MERC.	0,00	154.189,77	154.189,77	0,00
3201020007	212-7	(-) COFINS S/COMPRAS DE MERC	0,00	162.961,71	162.961,71	0,00
3201020008	213-5	(-) PIS S/ COMPRAS DE MERC.	0,00	35.379,86	35.379,86	0,00
3201020009	272-0	(-) DEV. DE COMPRAS DE MERC.	0,00	32.417,24	32.417,24	0,00
3201020011	214-3	(-) EST FINAL DE MERC P/ REV	0,00	1.424.570,91	1.424.570,91	0,00
33		DESPESAS OPERACIONAIS	0,00	1.948.266,75	1.948.266,75	0,00
3301		DESPESAS ADMINISTRATIVAS	0,00	1.379.566,86	1.379.566,86	0,00
330101		DESPESAS C/ PESSOAL	0,00	1.081.729,20	1.081.729,20	0,00
3301010001	98-1	PRO-LABORE	0,00	10.800,00	10.800,00	0,00
3301010002	99-0	SALÁRIOS E ORDENADOS	0,00	307.905,40	307.905,40	0,00
3301010003	100-7	13º SALÁRIO	0,00	130.799,03	130.799,03	0,00
3301010004	101-5	FÉRIAS C/ + 1/3	0,00	283.880,20	283.880,20	0,00
3301010008	105-8	ASSISTENCIA MÉDICA	0,00	499,47	499,47	0,00
3301010009	106-6	SEGURO DE VIDA	0,00	1.994,24	1.994,24	0,00
3301010012	109-0	VALE TRANSPORTE	0,00	55.630,80	55.630,80	0,00
3301010013	110-4	SEGURANÇA E MEDIC. DO TRABALHO	0,00	1.219,26	1.219,26	0,00
3301010015	112-0	INSS	0,00	221.906,51	221.906,51	0,00
3301010016	113-9	FGTS	0,00	67.094,29	67.094,29	0,00
330103		DESPESAS DE CONSUMO	0,00	6.123,24	6.123,24	0,00
3301030001	117-1	DESP. C/ MAT. DE EXPEDIENTE	0,00	5.473,60	5.473,60	0,00
3301030005	121-0	DESP. C/ AQUIS. IMOB. PQ VALOR	0,00	649,64	649,64	0,00
330104		UTILIDADES E SERVIÇOS	0,00	169.084,24	169.084,24	0,00
3301040001	123-6	DESP. C/ ÁGUA E ESGOTO	0,00	7.163,65	7.163,65	0,00
3301040002	124-4	DESP. C/ ENERGIA ELÉTRICA	0,00	103.981,63	103.981,63	0,00
3301040003	125-2	DESP. C/ TELEFONE/FAX/INTERNET	0,00	49.322,29	49.322,29	0,00
3301040008	130-9	DESP. C/ SERV. PRESTADOS PJ	0,00	8.616,67	8.616,67	0,00
330105		DESPESAS COM MANUTENÇÃO	0,00	20.158,29	20.158,29	0,00
3301050002	134-1	DESP. C/ MANUT. DE VEÍCULOS	0,00	19.583,29	19.583,29	0,00
3301050003	135-0	DESP. C/ MANUT. DE INSTALAÇÕES	0,00	575,00	575,00	0,00
330106		DESPESAS C/ DEPR E AMORTIZAÇÃO	0,00	29.979,95	29.979,95	0,00
3301060001	137-6	DESP. C/ DEPRECIAÇÕES	0,00	29.944,26	29.944,26	0,00
3301060002	138-4	DESP. C/ AMORTIZAÇÕES	0,00	35,69	35,69	0,00
330107		IMPOSTOS E TAXAS	0,00	60.361,62	60.361,62	0,00
3301070001	139-2	DESP. C/ CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	0,00	269,69	269,69	0,00
3301070003	141-4	DESP. C/ IPVA	0,00	2.325,87	2.325,87	0,00
3301070004	143-0	DESP. C/ C.P.M.F.	0,00	44.865,81	44.865,81	0,00
3301070007	142-2	DESP. C/ TAXAS DIVERSAS	0,00	12.900,25	12.900,25	0,00
330120		OUTRAS DESP. ADMINISTRATIVAS	0,00	12.130,32	12.130,32	0,00
3301200003	151-1	DESP. C/ SEGUROS DIVERSOS	0,00	11.486,32	11.486,32	0,00
3301200005	153-8	DESP. C/ JORNAIS E REVISTAS	0,00	644,00	644,00	0,00
3302		DESPESAS COMERCIAIS	0,00	256,00	256,00	0,00
330204		DESPESAS GERAIS	0,00	256,00	256,00	0,00
3302040004	170-8	DESP. C/ PROP. E PUBLICIDADES	0,00	256,00	256,00	0,00
3304		RESULTADOS FINAN. LÍQUIDOS	0,00	568.443,89	568.443,89	0,00
330401		RECEITAS FINANCEIRAS	0,00	2.766,91	2.766,91	0,00
3304010001	172-4	DESCONTOS OBTIDOS	0,00	2.242,61	2.242,61	0,00
3304010002	173-2	JUROS ATIVOS	0,00	523,06	523,06	0,00
3304010004	175-9	REND. DE APLIC. FINANCEIRAS	0,00	0,23	0,23	0,00
3304010006	177-5	VARIAÇÕES MONETÁRIAS ATIVAS	0,00	1,01	1,01	0,00
330402		DESPESAS FINANCEIRAS	0,00	565.676,98	565.676,98	0,00
3304020002	179-1	COMISSÕES E DESPESAS BANCÁRIAS	0,00	94.650,35	94.650,35	0,00
AUDICONSUL ASSESSORIA E SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA.						

Consolidação: Estabelecimento Grau: 5 Período: 01/2007 a 12/2007

Conta	Reduzida	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
3304020004	181-3	JUROS S/ FINANCIAMENTO	0,00	5.628,90	5.628,90	0,00
3304020005	182-1	MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	465.397,73	465.397,73	0,00
35		RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS	0,00	31.531,98	31.531,98	0,00
3502		GANHOS DE CAPITAL	0,00	31.531,98	31.531,98	0,00
350206		VENDA DE BENS DO IMOBILIZADO	0,00	31.531,98	31.531,98	0,00
3502060001	188-0	VENDA DE BENS DO IMOBILIZADO	0,00	31.531,98	31.531,98	0,00
37		PROVISÕES/CONTR./PARTICIPAÇÕES	0,00	54.370,87	54.370,87	0,00
3701		PROVISÕES	0,00	54.370,87	54.370,87	0,00
370101		PROVISÃO P/ CSLL	0,00	20.389,07	20.389,07	0,00
3701010001	196-1	PROVISÃO P/ CSLL	0,00	20.389,07	20.389,07	0,00
370102		PROVISÃO P/ IRPJ	0,00	33.981,80	33.981,80	0,00
3701020001	741-2	PROVISÃO P/ IRPJ	0,00	33.981,80	33.981,80	0,00
38		RESULTADO ACUMULADO	0,00	5.961.479,75	5.961.479,75	0,00
3801		RESULTADO ACUMULADO	0,00	5.961.479,75	5.961.479,75	0,00
380101		RESULTADO ACUMULADO	0,00	5.961.479,75	5.961.479,75	0,00
3801010001	198-8	RESULTADO ACUMULADO	0,00	5.961.479,75	5.961.479,75	0,00
		TOTAL GERAL	0,00	58.392.645,30	58.392.645,30	0,00

ANEXO 4 – DLPA (Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados)

Consolidação: Estabelecimento

Mês/Ano: 12/2007

Saldo inicial de lucros acumulados	3.400,98
Ajustes de exercícios anteriores	0,00
Correção monetária	0,00
Saldo ajustado	3.400,98
Reversão da reserva p/ contingência não utilizada	0,00
Lucro líquido do exercício	172.174,38
Destinação do lucro	175.000,00
Lucros distribuídos	175.000,00
Saldo final de lucros acumulados	575,36
Dividendos por ação do capital social	0,00